

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – HABILITAÇÃO JORNALISMO

Ana Carolina Silva de Farias

JORNALISMO E IMAGINÁRIO

Reflexões acerca da cobertura do Novo Código Florestal pelo jornal Zero Hora

Porto Alegre – RS

2012

Ana Carolina Silva de Farias

JORNALISMO E IMAGINÁRIO

Reflexões acerca da cobertura do Novo Código Florestal pelo jornal Zero Hora

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Comunicação Social – habilitação Jornalismo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Taís Martins
Portanova Barros

Co-orientador: Mestrando Francisco dos
Santos

Porto Alegre – RS

2012

RESUMO

Este trabalho busca compreender a cobertura do jornal Zero Hora sobre o Novo Código Florestal, no período entre os dias 25 de abril de 2012 e 29 de maio de 2012. A perspectiva assumida como referencial teórico e metodológico segue os Estudos do Imaginário, de Gilbert Durand, a partir da noção de que a humanidade partilha um mesmo arcabouço simbólico, perceptível em toda e qualquer produção humana. Dessa maneira, entendendo a narrativa jornalística como um produto de uma manifestação cultural, procuramos perceber qual o imaginário presente nas dez reportagens de Zero Hora que compõem o nosso corpus. Para atingir este, objetivo utilizamos a mitocrítica como um meio de apreender quais as imagens simbólicas latentes ao longo das matérias e, uma vez encontradas, relacioná-las às três grandes estruturas, ou, universos míticos que organizam o capital simbólico humano, a saber: heroico, dramático e místico. Concluímos que a perspectiva adotada pelo jornal analisado é essencialmente focada nos bastidores da disputa política do tema e com pouca diversidade de atores/personagens/fontes contempladas na narrativa, produzindo uma cobertura fraca, desumanizada e insensível ao cotidiano e à relevância desse tema a todos os brasileiros, e não apenas aos parlamentares ou ambientalistas.

Palavras chave: Jornalismo, Imaginário, Código Florestal

ABSTRACT

This work aims to understand the Journal Zero Hora's coverage about the New Forest Code, in the period between April 25, 2012 and May 29, 2012. The perspective taken as theoretical and methodological referential follows the Imaginary Studies, from Gilbert Durand, that believes humanity shares a common symbolic reservoir, noticeable in any human production. Thus, understanding the journalistic narrative as a product of a cultural expression, we search for the imaginary present in ten stories of Zero Hora that compose our corpus. For this purpose we use the Myth criticism to understand which are the latent symbolic images along the stories and once found them, relate to the three major structures, or mythical universes, that organize symbolic human capital, namely: heroic, dramatic and mystic. We conclude that the approach adopted by the journal is mainly focused on the backstage of the political disputes around this theme and with little diversity of actors/characters/sources included in the narrative, producing a weak and dehumanizing coverage, insensitive to daily and the relevance of this issue to all Brazilians, not just lawmakers or environmentalists.

Keywords: Journalism, Imaginary, Forest Code

AGRADECIMENTOS

Essa caminhada de seis anos e meio não teria iniciado se não fosse o apoio incondicional de minha família em Santiago. José Carlos e Terezinha, vocês são a razão de tudo isso. Todo passo que dei foi para dar-lhes orgulho e fazer por merecer os ensinamentos que recebi: honestidade, simplicidade e bondade. Amo vocês mais que a mim.

Deus me presenteou com um irmão gêmeo e quatro anos e dois dias depois com o ser humano mais puro e sensível que conheço. Guilherme, obrigada por embarcar comigo nessa viagem e me acompanhar até aqui. Mariana, és minha joia rara. Com vocês aprendi o que é amor incondicional e por vocês daria minha vida.

Tia Nara, madrinha que me levava pela mão à escola. Izadora e Gustavo, meus priminhos que considero irmãos. Tia Olga, madrinha que me fez repensar e trocar a Nutrição pelo Jornalismo. Obrigada pelo apoio e por fazerem parte de minha existência.

Tia Emília e tia Neli: nenhuma palavra traduziria meu amor e gratidão por terem tornado possível morar em Porto Alegre e realizar meu sonho de estudar na UFRGS.

Diego, Luciana, Rhenan, Lueni, Maurício, Luciane, Dilnei, Bruna, Denise e Gabriela: não houve um dia sequer em que eu não tenha lamentado a distância, e rogado a Deus por um “pó de pirlimpimpim” para ouvir a voz, para sentir o abraço, para rir e chorar com vocês por um segundo que fosse. Vocês fazem a vida valer a pena.

Daniela, Bruna, Raiza, Cadu e Karen. Obrigada pela amizade e companheirismo. A Fabico não seria a mesma sem vocês.

Gostaria de registrar, ainda, a minha admiração e gratidão à professora Ana Taís Martins Portanova Barros pela oportunidade de ter sido sua orientanda e desfrutar de sua sensibilidade e sabedoria. Ao meu co-orientador Francisco Santos, um grande amigo, tenho a dizer que és meu referencial de bondade, inteligência e humildade. Não é exagero afirmar que sem o acompanhamento e a orientação de vocês esse trabalho não teria sido possível. Obrigada por trilharem junto comigo essa aventura. Espero que ela não acabe aqui.

E finalmente agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo ensino público e de qualidade. Que este trabalho seja digno de tudo que aprendi aqui.

*Tudo bem, até pode ser,
Que os dragões sejam moinhos de vento.*

*Muito prazer, ao seu dispor,
Se for por amor às causas perdidas.*

Engenheiros do Hawaii

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. JORNALISMO E IMAGINÁRIO	10
2.1. DO ESPELHO AO MOSAICO: UMA BREVE RETROSPECTIVA DAS TEORIAS DO JORNALISMO	10
2.2. A CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS DO IMAGINÁRIO.....	12
2.3. DA ACEITAÇÃO DA INDISSOCIABILIDADE ENTRE O REAL E IMAGINÁRIO.....	14
3. CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO	20
3.1. O BRASIL ENTRE A CRUZ E A ESPADA: CONCILIAR PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	20
3.2. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, RESERVA LEGAL E OUTRAS POLÊMICAS	22
3.3. HISTÓRICO DA ALTERAÇÃO NO CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO	24
3.4. O NOVO CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO.....	26
3.5. O HOMEM VERSUS A NATUREZA: UMA MUDANÇA DE PARADIGMA NECESSÁRIA	27
4. ZERO HORA, MITOCRÍTICA E UM POUCO MAIS DE IMAGINÁRIO	29
4.1. O JORNAL ZERO HORA E O PORQUÊ DE SUA ESCOLHA.....	29
4.2. BREVE REFLEXÃO SOBRE O JORNALISMO AMBIENTAL	31
4.3. O CORPUS DA PESQUISA.....	34
4.4. ADENTRANDO UM POUCO MAIS NO IMAGINÁRIO.....	35
4.4.1. Pelo caminho da hermenêutica: a mitocrítica.....	35
4.4.2. O universo da angústia e a resposta das estruturas simbólicas.....	36
5. AS IMAGENS SIMBÓLICAS LATENTES EM ZERO HORA	39
5.1. O RECENSEAMENTO DOS MITEMAS NO CORPUS	39
5.2. AS IMAGENS SIMBÓLICAS MAIS PRESENTES NA NARRATIVA DE ZERO HORA	56
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	62
ANEXOS	64

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu com a motivação de fazer algo diferente no encerramento da graduação em jornalismo. O tema ambiental já estava escolhido, e a dúvida quanto à perspectiva a seguir dissipou-se ao conhecer os Estudos do Imaginário. Entender que nossas manifestações são mais do que uma pulsão política e social, são permeadas por um capital simbólico partilhado de certa forma pela sociedade, pela comunidade profissional, foi o ponto de partida para a viagem que realizamos ao longo dos quatro meses de pesquisa. A jornada pela compreensão das imagens simbólicas que se organizam em um produto cultural foi um exercício incrível de pesquisa, de envolvimento com o tema, mas, principalmente, de abstração. Ao aceitarmos nossa poética, deixando-a guiar nossas palavras, acreditamos que tocamos mais fundo nossos leitores, e certamente essa lição foi a mais importante para uma aluna até então adestrada pelos padrões “aceitáveis” de escrita e forma jornalísticas.

Sabemos da ressalva que encontraremos dentro da academia. No entanto, esse trabalho tem justamente o propósito de provocar, de desconcertar, mas principalmente de tentar acrescentar uma visão mais compreensiva, afetiva e poética à abordagem acadêmica de temas jornalísticos. Quanto ao mercado, também será tarefa árdua sensibilizar nossas rotinas burocráticas para uma aproximação com o complexo ao mesmo tempo tão próximo – logo ali, detrás dos vidros de nossas salas - e com o cotidiano ao mesmo passo tão comum e tão singular.

A escolha por falar de um tema ambiental vem exatamente desse questionamento sobre nosso imaginário. Onde foi que algo se perdeu entre nós e o mundo? Quando o elo foi rompido entre nossos pés e a terra que nos dá o chão? Como a mídia entende a complexidade de uma lei como o Código Florestal e a influência dele em nossas vidas?

Optamos por logo no segundo capítulo lançar as bases para um entendimento da Teoria do Imaginário e da maneira como ela toca os estudos da Comunicação, em especial o Jornalismo. De que forma, aceitando que a narrativa jornalística é um meio de falar às pessoas, disseminando práticas, costumes, a complexidade do mundo enfim, em que o imaginário poderia contribuir para essa comunicação? Como ligar todas essas pontas suspensas em um mundo caótico? Como fazer com que as pessoas se compreendam, e ao seu mundo, à sua comunidade, ao planeta que habitam?

No terceiro capítulo, fazemos a contextualização do Código Florestal: o que é, a que veio e o que nos toca nessa discussão que se arrasta por mais de dez anos. O que está em jogo, afinal? Também refletimos brevemente sobre a crise de percepção do ser humano em

enxergar-se como parte da natureza, em entender que o descuido com o meio ambiente é também o desleixo com sua própria sobrevivência e qualidade de vida.

A metodologia utilizada e o detalhamento do corpus se encontram no quarto capítulo. Com a mitocrítica, buscamos apreender as imagens simbólicas presentes nas 10 reportagens do corpus, selecionadas no jornal Zero Hora entre os dias 25 de abril e 29 de maio de 2012. Também aqui consideramos essencial buscar a contribuição de outros trabalhos que trataram de temáticas ambientais abordadas pelo veículo que foi nosso objeto empírico.

No penúltimo capítulo, entregamos enfim nossa mente e coração à compreensão da narrativa de Zero Hora durante a cobertura do novo Código Florestal. Inicialmente, procedemos ao recenseamento das imagens simbólicas em cada um dos dez textos para, em seguida, relacioná-las aos universos míticos dramático, místico e heroico para perceber qual a predominância de simbolismo. E finalmente, tentamos entender essa narrativa, suas escolhas, sua abordagem e suas práticas.

Em nossas considerações finais, acrescentamos nossas impressões ao término dessa caminhada, esperando que ela não se encerre por aqui. O imaginário suscita infinitas possibilidades e, com certeza, a única coisa que não pretendemos agora é estancá-lo, mas sim deixar em aberto essa pesquisa e suas constatações, para que quem quiser delas beber e tentar empreender a mesma jornada, que fique à vontade em seguir-nos e nos presentear com suas impressões.

2. JORNALISMO E IMAGINÁRIO

Neste capítulo, faremos uma breve retrospectiva das principais teorias que nortearam a compreensão da atividade jornalística e que, de alguma maneira, influenciam até hoje os valores da profissão. Em seguida, buscaremos explicitar o aporte teórico que orienta esse trabalho - os estudos do imaginário - a partir da conceituação de Gilbert Durand. E, por fim, partiremos para os autores que, ao nosso olhar, trazem ao fazer jornalístico as contribuições da Teoria do Imaginário, assumindo uma noção mais sensível e complexa, para além dos dogmas já cristalizados no cotidiano profissional.

2.1. DO ESPELHO AO MOSAICO: UMA BREVE RETROSPECTIVA DAS TEORIAS DO JORNALISMO

Pode-se dizer que a teoria mais antiga sobre o jornalismo é fundada sob a ascensão do positivismo e da invenção da máquina fotográfica - o mirabolante invento capaz de capturar (e reproduzir fielmente) o real -, a *teoria do espelho*. Conforme relata Traquina (2005), essa teoria advém da própria ideologia profissional, que acreditava nas notícias como a realidade, ou seja, o jornalista era um agente desprovido de qualquer outro interesse que pudesse desviá-lo da verdade absoluta dos fatos. Essa teoria ainda hoje fascina o jornalismo, o que se tornou mais forte com o conceito de objetividade concebido entre os anos de 1920 e 1930, nos Estados Unidos, “quando os jornalistas substituíram a fé simples nos fatos, por uma fidelidade às regras e procedimentos” (SCHUDSON apud TRAQUINA 2005, p.148). A objetividade tornou-se um ideal a ser seguido, como se garantisse a idoneidade do relato jornalístico.

Por volta dos anos de 1950, surge a *teoria da ação pessoal*, ou do *gatekeeper*¹, considerada a primeira teoria acadêmica e que vai de encontro à teoria do espelho. Aqui, conforme relata Traquina (2005), o autor do estudo David Manning White acredita que a produção de informação está subordinada à decisão do jornalista de torná-la notícia ou não, ou seja, a seleção é arbitrária, pois “subjéctiva e dependente de juízos de valor baseados nas experiências, atitudes e expectativas” do jornalista (WHITE apud TRAQUINA, 2005, p. 150). A principal crítica à teoria do *gatekeeper* é a limitação em analisar a produção de notícias

¹ Expressão inicialmente utilizada na psicologia social por Kurt Lewin (1947) e trazida ao jornalismo por David White (1950).

apenas pelo viés do jornalista, “ignorando por completo quaisquer fatores macrosociológicos ou mesmo microsociológicos como a organização jornalística” (TRAQUINA, 2005, p. 151).

A *teoria organizacional* de Warren Breed (1955) vem preencher essa lacuna, ampliando a visão do âmbito individual para a organização jornalística. Aqui, se analisam os constrangimentos organizacionais que podem influenciar a atividade. Conforme destaca Traquina (2005), Breed considerava esses constrangimentos com maior relevância no produto final da notícia (produção, seleção, edição) do que qualquer crença pessoal do jornalista. Ele aponta alguns fatores que provocariam esse “conformismo” do profissional com a política editorial da empresa, como: medo de sanções a tarefas “privilegiadas” ou cortes nos textos, aspirações de mobilidade ou avanço dentro da empresa, sentimento de obrigação ou estima com os superiores, e até mesmo o prazer com o trabalho. Essa teoria também aponta para a importância do fator econômico na atividade jornalística, que dita a lógica da concorrência e do lucro.

A partir dos anos 60 e 70, a relação entre jornalismo e sociedade passa a ocupar o centro das investigações acadêmicas, como as implicações políticas e sociais da atividade jornalística, o papel da notícia e a tal capacidade do Quarto Poder que caracterizaria os meios de informação. Assim surge a *teoria política*, que enxerga a comunicação de uma forma instrumentalista, servindo a interesses políticos (TRAQUINA, 2005, p.163). Destacam-se duas correntes: uma de direita, que acredita que os jornalistas têm um papel ativo na distorção das notícias para propagação de opiniões anticapitalistas, enquanto que para uma corrente de pesquisadores identificados como “esquerdistas” o papel do jornalista é quase o de um fantoche, pois reduzido a executar os interesses capitalistas.

A *teoria construcionista*, a partir dos anos 70 constitui uma oposição drástica tanto à perspectiva da teoria política (distorção), quanto à perspectiva da teoria do espelho (reflexo dos fatos), pois considera as notícias como construção. De acordo com Traquina (2005) este aporte teórico considera impossível uma distinção radical entre a realidade e os meios que devem “refleti-la”, assim como a ideia de neutralidade da linguagem para funcionar como uma transmissão direta do significado do acontecimento. As notícias vistas como construção geram um verdadeiro horror aos jornalistas, que teimam na “fé metafísica obstinada e conservadora de que a linguagem é transparente” (ROETH apud TRAQUINA, 2005, p. 170). Outro temor decorrido desta teoria era o de a notícia cair de seu pedestal para ser confundida com um tipo de ficção, o que muitos estudiosos já rebateram: “Considerar as notícias como narrativas não nega o valor de correspondentes da realidade exterior” (BIRD e DARDENNE apud TRAQUINA, 2005, p. 169). “Dizer que a notícia é uma estória não a rebaixa nem a

acusa de fictícia, mas alerta para o fato de que essa é uma realidade construída” (TUCHMAN apud TRAQUINA, 2005, p.169).

Por fim, um passeio por duas correntes teóricas que são muito similares e que também partem da teoria da construção social: a interacionista e a estruturalista. Ambas possuem muitos pontos em comum: rejeitam a teoria do espelho, mas reconhecem a importância da teoria organizacional. No entanto, vão além, dizendo que o jornalista não só se integra à organização jornalística que pertence, mas principalmente a uma comunidade profissional. Também ambas compartilham o entendimento das notícias como narrativas, histórias, “marcadas pela cultura dos membros da tribo e pela cultura da sociedade onde estão inseridos” (TRAQUINA, 2005, p. 174). A divergência entre as correntes se dá basicamente quanto à relação do jornalismo com suas fontes. Como não é objeto do trabalho essa questão específica, não nos deteremos nesse ponto. Por ora, nos bastam as conclusões compartilhadas por elas, com o objetivo de acrescentar mais algumas nuances a esse mosaico – que já foi um espelho somente – de teorias jornalísticas.

2.2. A CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS DO IMAGINÁRIO

O termo imaginário é largamente utilizado no senso comum, entendido por vezes de uma maneira demasiadamente ampla - sinônimo de fantasia - ou por outra muito restritiva – o que é oposto ao real. Nosso trabalho, à influência de Gilbert Durand, no entanto, conceitua o imaginário como “o conjunto das imagens e relações de imagens que constitui o capital pensado do homo sapiens, configurando-se como o denominador fundamental de todas as criações humanas” (DURAND, 1997, p. 18), ou ainda, “a incontornável representação, a faculdade de simbolização, de onde todos os medos, todas as esperanças e seus frutos culturais jorram continuamente, desde um milhão e meio de anos, que o homo erectus apareceu na terra” (DURAND, 1994, p. 34).

No que concerne à comunicação, o imaginário assume uma perspectiva que, para entender os fenômenos, “conecta as dimensões política, social, histórica e cultural [...], pois é o imaginário o lugar do entre-saberes, o tecido conjuntivo que liga as disciplinas entre si” (BARROS, 2010, p. 127).

Sendo então o imaginário esse arcabouço dinâmico de imagens partilhado por toda a humanidade, faz-se necessário conceituar também a utilização do termo imagem, aqui entendida como “um modo de a consciência (re)apresentar objetos que não se apresentam diretamente à sensibilidade” (BARROS, 2010, 128). A partir do momento que se atribui um

sentido a essa imagem, temos o símbolo, ou a imagem simbólica: “Quando uma imagem se reúne com um sentido, um aspecto vivenciado, temos um símbolo. Isso quer dizer que o símbolo tem uma relação natural com algo ausente ou impossível de ser percebido” (COELHO apud BARROS, 2010, p. 128).

O imaginário, por sua vez, não se desenvolve aleatoriamente em torno dessas imagens simbólicas, mas segue uma lógica que vai do inconsciente ao consciente. A imagem é, então, o resultado de uma motivação simbólica confrontada com uma situação histórica. O que percebemos da imagem simbólica (consciente) nos dará as pistas do arquétipo fundador (inconsciente). Esse movimento é percebido como o trajeto antropológico que é a “incessante troca que existe ao nível do imaginário entre as pulsões subjetivas e assimiladoras e as intimações objetivas que emanam do meio cósmico e social” (DURAND, 1997, p.41).

A noção de arquétipo vem de Jung que o conceitua como sendo “conteúdos do inconsciente coletivo, imagens primordiais e universais” (JUNG apud BARROS, 2009, p.2), ou seja, situa-se no campo do incognoscível, “não submetidos a nenhuma espécie de elaboração consciente” (BARROS, 2009, p.2). Enquanto os arquétipos são estáveis, os símbolos variam de acordo com o meio.

Conforme sublinha Wunenburger (2007), Gilbert Durand enraizou o imaginário em esquemas sensório-motores inspirados pela reflexologia. Então, verificou “uma estreita concomitância entre os gestos do corpo, os centros nervosos e as representações simbólicas”, (DURAND, 1997, p. 51). Daí chegou a três gestos – posturais, digestivos e copulativos - que correspondem às representações condensadas pelos verbos distinguir, confundir, reunir, e traduzidas nos universos míticos heroico, místico e dramático.

Barros (2010), explica como ficam relacionados os gestos, as ações (verbos) e os universos míticos divididos por Durand bem como a simbologia inerente a eles:

No universo *mítico heróico*, a ação fundamental é a da *distinção*, engendrada pelo *reflexo postural*, que privilegia as sensações à distância, visão, audifonação: é pondo-se de pé que o homem libera a vista e o ouvido, podendo melhor exercer esses sentidos; libera também a mão para que se ergue tanto para o combate quanto para o julgamento. No universo *mítico místico*, a ação primordial é *confundir*, sugerida pela dominante da *descida digestiva*, trazendo imagens de intimidade, calor, alimento, substância etc. No universo *mítico dramático* [...], a ação predominante é *reunir*, que se coaduna com a dominante *copulativa* e suas *constantes rítmicas*. Vêm daí imagens como a do porvir, a da roda, a da androginia, a do deus plural, capazes de harmonizar contradições através do tempo (BARROS, 2010, p. 135).

É durante o trajeto antropológico que as imagens simbólicas se organizam nessas estruturas e, quando racionalizadas e postas em narrativa, constituem o mito, que é o estágio seguinte da imagem simbólica: “um esboço de racionalização dado que utiliza o fio do discurso, no qual os símbolos se resolvem em palavras e os arquétipos em ideias” (DURAND, 1997, p. 63).

Conforme sublinha Barros (2009), os mitos passeiam entre vários níveis do imaginário, a chamada tópica sociocultural. O primeiro nível, identificado como o fundador, é onde situamos o arquétipo, o inconsciente antropológico. Em seguida, temos o do ego societal chamado também de nível actancial, pois ele se configura como o “palco dos atores sociais”. É aqui que encontramos coexistindo dois polos: um positivo que comporta os papéis embasados pelas ideologias vigentes, e outro negativo, onde temos os papéis e funções marginalizadas. E no topo, acima desses dois níveis temos o superego societal, que é a imagem racionalizada de uma sociedade, defendida pelas pedagogias, instituições e inclusive pelos meios de comunicação.

É assim, num percurso temporal, que os conteúdos imaginários (sonhos, desejos, mitos, etc.) de uma sociedade nascem numa escorrência confusa, mas importante, consolidando-se, teatralizando-se em usos “actanciais” positivos ou negativos, que recebem suas estruturas e seu valor de “confluências” sociais diversas (apoios políticos, econômicos, militares etc.) para, finalmente, se racionalizar e, portanto, perder sua espontaneidade mitogênica em edifícios filosóficos, ideologias e codificações (DURAND, 1994, p. 27-28).

A partir disso podemos notar que “há sempre um, dois ou mesmo três mitos circulantes nas sociedades” sendo que “de tempos em tempos, o mito que estava no apogeu entra em decadência, dando espaço a outro, que subsistia marginalizado” (BARROS, 2009, p. 3).

2.3. DA ACEITAÇÃO DA INDISSOCIABILIDADE ENTRE O REAL E IMAGINÁRIO

O jornalismo, conforme sublinha Barros (2008), conseguiu chegar a critérios que o elegessem como um meio respeitável, no entanto essa busca levou também à desumanização de suas práticas (BARROS, 2008, p. 113). O espectro que visualizamos do jornalismo como é concebido e pensado hoje sinaliza um meio que se pretende objetivo e eficiente no que tange à onipresença de todos os acontecimentos importantes (conforme seus próprios critérios de noticiabilidade), porém, essa meta megalomaníaca é insuficiente para dar conta do que está

fora dos padrões jornalísticos. Para Medina (1998, p.237), “falta à tradição jornalística visão de mundo complexa, observação desarmada e rigorosa, bem como sensibilidade solidária”.

A exatidão é um dos objetivos do jornalismo, entendido como a reprodução fiel das declarações e a transcrição correta de cifras, números, nomes de pessoas, horários, datas e locais. A importância da notícia também é estabelecida por critérios, como o ineditismo, a improbabilidade, o número de pessoas que podem ter sua vida afetada pela notícia, a curiosidade que possa despertar, o número de pessoas que possam se identificar com o personagem e a situação da notícia (BARROS, 2008, p. 113).

Mesmo para atingir esses assuntos que julga de interesse público, o jornalismo se pauta de uma maneira sedentária. A rapidez exigida pela lógica do mercado, da concorrência, é solucionada na comodidade de buscar fontes oficiais e os especialistas de plantão, ou seja, lançar mão do que já está ao alcance. E isso nunca é questionado, afinal, é o que nos é exigido: informação precisa no menor tempo possível e de preferência acompanhado do tal “furo jornalístico”, celebrado e incentivado em todas as redações.

As fontes oficiais seriam uma boa saída para o bom funcionamento do modelo: as que detêm o poder político, econômico, científico ou corporativo. O homem comum é só pra legitimar uma afirmação já preconcebida (MEDINA, apud BARROS, 2008, p. 115).

É a consequência deste modelo que queremos discutir. Afinal, seria essa tal realidade tão facilmente detectada e traduzida em meia dúzia de fontes e editorias ou temas? Esse recorte que a mídia nos mostra todos os dias, dá conta de nossa complexidade social, cultural, política e econômica? A prática jornalística se resume ao telefone, à internet, aos números que falam por si, às fontes de plantão e ao ato de encaixar as informações em um modelo, como o do lide e da pirâmide invertida?

Os modelos fornecidos pelo conhecimento jornalístico dariam garantias quanto à busca da verdade, mas quando chega à vida vivida o jornalista se depara com vivências que não se enquadram no formulário a ser preenchido [...]. O caos é próprio do mundo e não se deixa apreender facilmente, em meia dúzia de perguntas (BARROS, 2008, p. 115).

E no que tange à comunidade profissional, somos todos iguais, buscando às mesmas fontes, correndo atrás dos mesmos furos escondendo-nos por trás das mesmas técnicas? Até quando deixaremos de lado nossa subjetividade, lançando mão de nosso talento, do que nos torna singulares, em nome da objetividade, da clareza, da simplicidade? Culparemos para

sempre a “mão invisível” do sistema - da organização jornalística, da lógica da velocidade e da concorrência, em suma, do mercado?

Os textos jornalísticos, por uma limitação imposta pela gramática da profissão, são inibidos no uso de uma linguagem simbólica e fogem das metáforas. Essa ausência não é inocente, claro, e sinaliza o medo da ambiguidade, da polivalência, medo que redundava em monifonia. Mas o que desejo sublinhar, agora, é a incontornabilidade da imagem, seja ela arquetípica ou simbólica, estereotipada ou preconceituosa (BARROS, 2008, p. 50).

Em nome da objetividade, concebemos um jornalismo asséptico, mas que garantiria nossa confiabilidade como “porta-vozes” da realidade. A objetividade é o método para não cairmos na tentação da subjetividade - por consequência, no canto da sereia, da ilusão, da invenção, da imaginação, da estética. A assepsia é a garantia da confiabilidade, e sem essa premissa a própria credibilidade do jornalismo estaria em pauta.

No entanto, a despeito da tentativa de “fugir da imagem mais evidente, aquela que se manifesta na descrição minuciosa de uma cena viva, ou de um clima emocional, por exemplo, isso não é suficiente para livrar o jornalismo do imaginário”, conforme explica Barros:

Esse não é um processo inconsciente imprevisto na produção dos media. Longe de estar diante de apenas um efeito colateral, está-se diante de uma opção não só dos media, mas de toda a sociedade ocidental: a preferência pela racionalidade que, formalmente, busca o sentido próprio das coisas, e não suas evocações fantasmáticas. A reivindicação do rigor dos fatos quer ignorar o imaginário que os motiva e lhes dá significação (BARROS, 2008, p. 76).

Neste momento, gostaríamos de destacar um exemplo de que é possível deixar de lado essas amarras “profissionais” para entregar-se ao cotidiano, ao singular, fugir do óbvio e colocar sua subjetividade em “trabalho de campo”. Vencedora de prêmios nacionais e internacionais de jornalismo, abaixo um trecho do que acredita a repórter Eliane Brum, que dentre vários trabalhos, destaca-se a escrita de “A vida que ninguém vê”:

Se o telefone e a internet são invenções geniais, não há tecnologia capaz de tornar obsoleto o encontro entre um repórter e seu personagem. [...] Não pretendo fazer aqui uma análise sobre as razões dessa mudança que faz com que muitos repórteres só vejam a vida - e os fatos, as pessoas - pela tela do computador. Só diria ainda que aqueles que se dobram à nova regra não-escrita são tão facilmente substituíveis - porque descartáveis - quanto os componentes eletrônicos das máquinas que elegeram para intermediar seu olhar sobre o mundo. E os primeiros a ser deletados numa das cíclicas crises

das empresas de comunicação – porque deletaram antes a sua singularidade (BRUM, 2006, p.191).

E inspirados por esse depoimento, problematizamos aqui essa mudança de atitude: por que o imaginário ainda é tão renegado, visto que ao invés de “minar” nosso relato como temem os jornalistas-positivistas, ele, pelo contrário enriquece nossa narrativa? Como bem pontuou Barros (2008), “real/imaginário é uma subdivisão demasiado simplista para captar as complexidades do mundo” (p.68). Os jornalistas já se deram conta que, mesmo aplicando todos os métodos e técnicas, não é possível abarcar toda a diversidade do mundo que se encontra detrás dos vidros das janelas das redações. Postular a simplicidade, a clareza, a exatidão, além de falsamente “expurgar” o imaginário, a fantasia, a imprecisão só nos afasta ainda mais do lado de fora.

Olhar dá medo porque é risco [...]. Tenho pena dos repórteres das teses prontas, que saem não com blocos, mas com planilhas para preencher aspas predeterminadas. Donos apenas da ilusão de que a vida pode ser domesticada, classificada e encaixotada em parágrafos seguros. Tudo o que somos de melhor é resultado do espanto (BRUM, 2006, p. 193).

Assim como notamos no início desse capítulo, as diversas teorias que já tentaram compreender e sistematizar a prática jornalística foram resultado de uma conjuntura política, social e cultural específica. Deixemos, então, que novos ventos oxigenem nossas práticas, trazendo sensibilidade e estética, buscando a contemplação do complexo, e nos permitindo ao direito de beber da fonte de nosso imaginário sem incorrerem à pecha de loucos, fantasiosos, equivocados ou imprecisos.

Das pressões mercadológicas às debilidades técnicas, da carência cultural ao medo da palavra emocionada, não são poucas as dificuldades dessa iniciação. O jornalismo é uma atividade de contínuo mergulho na alteridade. Isso significa comunicação de ser humano para ser humano. A pretensão de explicar o real se esvai, ficando a angústia de compreender o desejo mítico do outro. A reportagem daí nascida não servirá para explicar o mundo, e sim para dizer um pouco do seu mistério (BARROS, 2008, p. 179).

Como já vimos anteriormente, o imaginário aí está e não pode ser imobilizado ou simplesmente desprezado, visto que se faz presente em todas as nossas manifestações humanas e culturais, sendo a narrativa jornalística uma delas. Uma nova maneira de olhar – e contar - o mundo e o cotidiano pede passagem.

O jornalismo que faz a leitura do mundo através da complexidade recorre antes às vivências, e não só às verificações racionais. Vai ao não-racional, que inclui o mito, o símbolo, capaz de dialogar com o imaginário. Ao invés de apenas matrizes dedutivas para apreender a experiência cotidiana, usa também a intuição. [...] O repórter da complexidade usará sua racionalidade argumentativa, mas deixará que ela se fertilize pela emoção e pelo afeto, que estão no cotidiano (BARROS, 2008, p. 118).

A complexidade exige que seja contemplado o maior número de conexões possíveis. Para isso, segundo Medina (1998), algumas ferramentas são fundamentais: a contextualização que conecte o factual imediato às implicações sócio-político-econômico-culturais, o enraizamento da mesma pauta no seu lastro histórico, a discussão especializada do tema através de um trabalho de coleta de vozes (polifônico) e diversidade de sentidos (polissêmica) e a busca de histórias humanas que tragam o cotidiano dos protagonistas sociais anônimos. (p. 50).

E justamente nessa busca pelas histórias humanas, pelo cotidiano dos “anônimos” é que encontramos o “tempero”, o que torna singular uma narrativa, mas que principalmente cativa o público para o qual devemos nos dirigir. Como observa Barros (2008, p.122), “a poética coloca os homens em contato entre si, é a expressão da cumplicidade afetiva estabelecida entre o jornalista e o homem comum”.

Mas, para captar esse matiz, para deixar-se apreender pela poética das angústias e expectativas desse cotidiano, é preciso ir “mais devagar, e não mais depressa. Talvez seja necessário prestar mais atenção ao dia a dia comum, de onde, afinal, nascem todas as notícias. As diversas angústias do homem contemporâneo demandam um ponto de encontro de saberes, de partilha de estratégias de sobrevivência, e o jornalismo é um lugar vocacionado para isso” (BARROS, 2008, p. 122).

Sendo uma das características do jornalismo esse lugar onde podemos socializar “estratégias de sobrevivência”, nos aproximamos com o mito que de acordo com Barros (2008) é uma resposta às interrogações que o homem lança à existência. Eliade nos fala da função do mito que “consiste em revelar os modelos exemplares de todos os ritos e atividades humanas significativas” (ELIADE apud BARROS, 2008, p.127).

Tanto o relato jornalístico quanto o mito, portanto, são narrativas que servem para o homem se espelhar, organizar seu caos, seu cotidiano, sua vida. Assumir essa característica, ao invés de atentar contra a credibilidade afastando o público conforme teme nosso jornalismo atual, pelo contrário, responderia com mais fidelidade às expectativas e motivações do homem comum.

Além desse papel mítico que exerce automaticamente só pelo fato de divulgar informações todos os dias, o jornalismo pode ajudar a (re)construção de mitos que forneçam estratégias de vida. O ser humano precisa do conforto de saber que há algo a ser feito de certa maneira. Um punhado de histórias que favoreçam a identificação entre os homens comuns, todos os dias, é necessário, e se as pessoas não as encontram nos jornais, vão procurar nas novelas, ou nos programas de auditório que exploram a sordidez humana para conseguir bons índices de audiência” (BARROS, 2008, p.129).

É com este homem comum o nosso compromisso: aquele que está diariamente travando batalhas ou usando de outras artimanhas para driblar a vida que é feita de carne, osso e emoção. No entanto, muito dessa vida, da sua vida, não está traduzida na frieza dos índices econômicos, nem no sensacionalismo policial, tampouco no *glamour* das colunas sociais e muito menos nos escandalosos casos políticos de corrupções milionárias.

O homem que não se enxerga nas páginas dos jornais, nas imagens da TV ou nas ondas do rádio talvez seja o mesmo que não percebe mais sua própria relação com o meio ambiente e qual o impacto de uma nova legislação ambiental para o país. Cada vez mais absorto pela correria do dia a dia não enxerga sua organicidade com a terra, o solo, a mãe natureza que o acolhe, tão esquecida em meio ao concreto e ao asfalto, às tecnologias, e a todos os progressos que o bicho homem conquistou e que o fazem acreditar ser diferenciado. E a mídia por sua vez, também não se esforça muito para fazer ver essa relação.

No capítulo seguinte, trataremos a respeito do Novo Código Florestal, mas também refletiremos acerca desse ponto tão delicado, que é a visão antropocêntrica que o homem mantém com a natureza da qual faz parte.

3. CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO

Neste capítulo procedemos com a contextualização do Novo Código Florestal, de Lei 12.651/12, a fim de entendermos o momento em que ele foi debatido, bem como sua abrangência e funcionalidade. Também retratamos as manobras políticas que culminaram ao veto parcial da presidenta Dilma Rousseff ao projeto e como se encaminha o andamento da Medida Provisória com emendas ao texto do Código Florestal. Por fim, fazemos uma breve reflexão acerca da importância do ser humano se perceber como parte dessa natureza, para que dessa forma tenha condições de respeitá-la e preservá-la.

3.1. O BRASIL ENTRE A CRUZ E A ESPADA: CONCILIAR PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Embora atualmente a legislação ambiental esteja em bastante evidência, a existência de leis que disciplinem a utilização dos recursos naturais não são bem uma novidade na jurisdição brasileira. Mesmo na época do Brasil colonial, Sparovek et al (2011) relata que existiram comandos legais com o intuito de coibir a exploração desses recursos e que igualmente previam punições em caso de não cumprimento, conforme constava nas Ordenações Filipinas:

[...] primeiramente hei por bem e mando que nenhuma pessoa possa cortar, nem mandar cortar o dito Pau-Brasil, por si, ou seus escravos ou feitores seus, sem expressa licença ou escrito do Provedor-Mor [...] e o que contrário fizer, incorrerá em pena de morte e confiscação de toda a sua fazenda. (Regimento da Coroa Portuguesa sobre a Extração do Pau Brasil, parágrafo 3º)

No entanto, conforme observa Sparovek et al (2011), essas regras não tinham por objetivo a preservação ou a manutenção da flora nativa, pelo contrário, almejaram exclusivamente garantir o monopólio da corte portuguesa na exploração da madeira. A essa época, a relação entre ser humano e natureza era concebida pela ótica exclusivamente utilitarista, sendo que:

Os recursos ambientais representavam apenas objetos a serem utilizados nos processos produtivos e, portanto, deveriam ser apropriados individualmente, por meio de operações garantidas pelo direito. Isto se justifica pela concepção da relação ser humano/meio ambiente da época, baseada na inesgotabilidade dos recursos naturais (SPAROVEK ET AL, 2011, p. 112).

Nesse sentido, continua Sparovek et al (2011), a Constituição Federal de 1988, o principal instrumento jurídico no Brasil, deu um salto, à maneira que não só desbanca essa visão, como dedica um capítulo específico para a questão ambiental, onde reconhece expressamente que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Constituição Federal de 1988, art. 225).

Ou seja, a importância do meio ambiente não se resume ao valor de provedor de recursos naturais para os processos produtivos, mas que também a sua preservação é fundamental para garantir qualidade de vida. Sparovek et al (2011) sublinha, ainda, que a Constituição de 1988 também ampliou os próprios beneficiados pelo equilíbrio a preservação ambiental, posto que inclui as próximas gerações.

Ribeiro et al (2004) considera esse reconhecimento um importante passo, especialmente para nosso país onde

Historicamente, o processo de colonização e consolidação do território brasileiro tem-se pautado na exploração predatória de seus recursos naturais, afetando negativamente a qualidade e a disponibilidade dos recursos hídricos, principalmente os superficiais. Vastas extensões de matas exuberantes foram simplesmente suprimidas ao longo dos séculos para dar espaço à agricultura, pecuária e mineração (RIBEIRO et al, 2005)

Conforme relatório da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC (2012), o Brasil detém imensa extensão territorial para a produção agropecuária. O uso adequado dessas terras é o primeiro passo para a preservação e conservação dos recursos naturais e para a sustentabilidade da agricultura. O último Censo Agropecuário (2006) constatou que o espaço agrícola brasileiro era de 329,9 milhões de hectares de terras ocupadas por imóveis rurais, o que corresponde a 38,7% do território nacional.

Das terras com potencial agrícola (5,5 milhões de km²), segundo o mesmo censo, 42,6% (231 milhões de ha) são destinadas às principais atividades agrícolas. A análise da estrutura produtiva do país revelou que a principal ocupação do solo era a pecuária, com 18,6% do território brasileiro (158,8 milhões de ha), ou 48,1% do espaço agrícola, ocupado com pastagens naturais e plantadas, correspondendo a 2,7 vezes a quantidade das terras destinadas à produção de lavouras permanentes e temporárias (59,8 milhões de ha). O Brasil ocupa hoje o primeiro lugar na exportação de soja, possui o maior rebanho bovino comercial

do mundo, é o maior exportador de café, açúcar, suco de laranja e carne bovina, um dos maiores produtores mundiais de biocombustíveis e ainda possui posição de destaque em diversas outras cadeias produtivas do agronegócio.

No entanto, ainda conforme o relatório da SBPC (2012), mesmo considerando esses avanços, o processo histórico de ocupação do território brasileiro resultou no aumento das pressões sobre o meio ambiente, em processos erosivos, na perda de biodiversidade, na contaminação ambiental e em desequilíbrios sociais. Levantamentos demonstram que cerca de 83 milhões de hectares de áreas de preservação foram ocupadas irregularmente, de acordo com a legislação ambiental em vigor². Estima-se ainda, que em razão desse uso inadequado, existam hoje no Brasil 61 milhões de hectares de terras degradadas que poderiam ser recuperadas e usadas na produção de alimentos.

O desperdício dos recursos naturais decorrente do uso inadequado das terras é uma realidade a ser enfrentada, levando a repensar essa ocupação para evitar erros do passado e promover uma gradual adequação ambiental da atividade rural. [...] A atividade demanda ciência, inovação, tecnologias modernas e atenção redobrada quanto aos seus impactos sobre os recursos naturais rumo a uma economia verde. (SBPC, 2012, p. 62)

Apesar disso, o Brasil ainda é o país que possui a maior diversidade biológica, abrigando o maior número de espécies de plantas, animais e microrganismos do mundo. Este capital natural precisa ser conservado e utilizado sustentavelmente, pois é essencial para o desenvolvimento socioeconômico do país.

O relatório da SBPC (2012) ressalta, portanto, a importância de um ordenamento jurídico capaz de levar em conta a riqueza natural do país e a relevância econômica da produção agropecuária brasileira. O código nasce dessa necessidade de regular a atividade agropecuária em terras privadas com a sustentabilidade, protegendo o patrimônio natural brasileiro.

3.2. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, RESERVA LEGAL E OUTRAS POLÊMICAS

O relatório da SBPC (2012) coloca as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais (RLs) como peças fundamentais qualquer política pública ou legislação ambiental. Não por acaso, ambos os conceitos estiveram no centro da polêmica discussão

² À época, o Código Florestal ainda vigente era o de Lei 4.771/65, revogado no dia 28 de maio pela atual Lei 12.651/12.

acerca do Novo Código Florestal (lei 12.651/12) e foram centrais também nos outros dois códigos florestais extintos.

De acordo com Silva (2010) o agora revogado código florestal de Lei nº4771 foi criado em 15 de setembro de 1965 durante o governo de Castelo Branco. Este, por sua vez, substituiu o decreto nº 23.793 de 1934, onde surgiu pela primeira vez o conceito de reserva legal, que determinava que 1/4 da floresta de uma propriedade não deveria ser derrubada. O tamanho da reserva legal varia de acordo com uma porcentagem dentro de cada propriedade rural, dependendo se estão situadas na Amazônia Legal ou fora dessa área³.

A Reserva Legal (RL) poderia ser definida como:

Área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa. (Lei 12.651/12, artigo 3º)

Conforme Sparovek et al (2011), nessa área é permitido somente o uso de baixo impacto, sem que se remova completamente a vegetação. Atividades mecanizadas como o cultivo da soja, milho, cana ou pecuária são proibidas.

Já uma Área de Preservação Permanente (APP) é:

Área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. (Lei 12.651/12, artigo 3º)

Sparovek et al (2011) explica que são faixas de terras ao longo das margens dos rios, nascentes, lagos e reservatórios de águas, as áreas muito íngremes, topos de morro e altitudes elevadas. Estas áreas são de preservação exclusiva e não podem ser utilizadas para atividades agropecuárias, extração florestal ou uso recreativo. Sua definição é independente do tamanho da propriedade e é igual em todo Brasil.

Exatamente sobre esses dois conceitos básicos, giraram as principais polêmicas do novo projeto, que por interesse da bancada ruralista⁴ tanto na Câmara dos Deputados quanto

³ Por Amazônia Legal entende-se os Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e as regiões situadas ao norte do paralelo 13°S dos Estados de Tocantins e Goiás, e ao oeste do meridiano de 44°W do estado do Maranhão. Conforme redação do artigo 3º do Novo Código Florestal, Lei 12.651/12.

⁴ Frente parlamentar comprometida com os interesses dos proprietários rurais. Suas principais bandeiras são a oposição à reforma agrária e ao endurecimento das leis que combatam o trabalho escravo, além de serem a favor dos transgênicos e da flexibilização do Código Florestal. Aqui no Rio Grande do Sul alguns de seus expoentes são os deputados Luiz Carlos Heinze (PP) e Onyx Lorenzoni (Dem).

no Senado Federal buscavam a atenuação da delimitação dessas regras. Silva (2010) aponta as principais como a tentativa de desobrigar propriedades de até quatro módulos fiscais⁵ a manter a RL e a diminuição dos índices tanto na Amazônia quanto em outras regiões; sobre as APPs a pressão era em torno da redução das faixas mínimas de preservação previstas para serem mantidas a partir das margens dos rios, a descaracterização de alguns locais (várzeas, por exemplo) como APP e a regulamentação sobre encostas e morros que poderia ser delegada aos Estados; houve ainda a tentativa de computar APPs e RL conjuntamente para definir a porcentagem de preservação da área rural e por fim, a anistia a quem desmatou após a promulgação da Lei de Crimes Ambientais, de 22 de julho de 2008.

3.3. HISTÓRICO DA ALTERAÇÃO NO CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO

A proposta de alteração na legislação ambiental brasileira já estava em curso há mais de dez anos. Desde 1999 tramitava na Câmara dos Deputados o PL 1.876/99 de autoria do deputado Sérgio Carvalho (PSDB/RO). Em 2010 o deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP) foi designado o relator do projeto, e em 25 de maio de 2011 a Câmara dos Deputados aprovou o texto por um placar de 410 parlamentares a favor e 63 contra. O governo tentou inutilmente negociar com os ruralistas e base aliada que a Emenda 164 não fosse aprovada, pois permitiria redução das APPs no país ao regularizar a situação de ocupações ilegais nessas áreas, como beira de rios, topos de morros e encostas que foram desmatadas ilegalmente.

O projeto foi encaminhado ao Senado Federal e adquiriu o nome de Lei da Câmara nº30 de 2011. Foi aprovado por 59 votos contra sete, em 6 de dezembro de 2011. O relator foi o senador Jorge Viana (PT/AC) que alterou o projeto original em alguns pontos como:

- Permissão de redução da APP em estados com mais de 65% das suas áreas em reservas ambientais, desde que tenha aprovação do Conselho Nacional do Meio Ambiente e dos estados.
- Permissão aos poderes executivos para aumentar o percentual das APPs em casos de bacias hidrográficas consideradas em situação crítica, desde que com a autorização dos comitês regionais de meio ambiente.
- Permissão das atividades rurais em área de manguezal, sendo limitada em 10% da Amazônia Legal e 35% nos demais biomas.

⁵ Área mínima necessária de uma propriedade rural para que a exploração seja economicamente viável, o que pode variar para cada Estado. No RS esse tamanho oscila entre cinco e 70 hectares, mas no país a média é entre 18 e 20 hectares.

- Anistia para pequenos agricultores, donos de terras com até quatro módulos fiscais e grandes propriedades rurais que desmataram sem autorização ou licenciamento até julho de 2008.
- Obrigação de recompor margens de rios em pelo menos 15 metros de mata ciliar para rios até 10 metros de largura. A obrigação, para propriedades com até quatro módulos fiscais, não poderá exceder 20% da área da propriedade.

O projeto voltou mais uma vez à Câmara dos Deputados, dessa vez com a relatoria do deputado Paulo Piau (PMDB/MG). O texto final foi novamente alterado e aprovado por 274 votos a favor, 184 contra e duas abstenções no dia 25 de abril de 2012. As principais mudanças foram:

- Não há obrigatoriedade de recomposição de mata ciliar ao redor de olhos d'água nas APPs ocupadas por atividades rurais, consolidadas até 22 de julho de 2008.
- Não há obrigatoriedade de recompor a vegetação nativa em propriedades de agricultura familiar e naquelas áreas privadas que tenham entre quatro e 500 hectares em torno de rios com largura maior que 10 metros.
- O poder público poderá reduzir para até 50% áreas de RL na floresta da Amazônia Legal, mas nos casos em que a propriedade rural estiver situada em estado com mais de 65% do território já ocupado por unidades de conservação públicas ou terras indígenas.
- Recomposição de uma faixa mínima de 15 metros de vegetação nas margens dos rios com até 10 metros de largura.

A votação representou nova derrota ao Planalto, que orientou sua base a votar pela manutenção da versão do Senado, considerada menos permissiva em relação ao desmatamento. O texto então foi encaminhado para apreciação da presidente Dilma Rousseff, que teria um mês para sancionar ou vetar integralmente ou parcialmente o projeto. No transcorrer desse mês houve muita mobilização pelo veto da presidenta, tanto na internet como em manifestações públicas incluindo campanhas estreladas por famosos.

3.4. O NOVO CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO

O novo código florestal foi sancionado em 28 de maio deste ano, sob a Lei nº 12.651, e contém 84 artigos. Do texto do Congresso Nacional, foram vetados 12 artigos e feitas outras 32 modificações, sendo complementado pela Medida Provisória nº 571 que agora está em análise por uma Comissão Mista na Câmara dos Deputados e no Senado Federal⁶.

Entre os vetos, já o primeiro artigo que define o objetivo do Código Florestal recebeu a complementação da presidente que o julgou impreciso. A nova redação reconhece que as florestas são bens de interesse comum, destaca a lei como guia para proteção e uso sustentável da vegetação nativa, afirma a soberania na administração de áreas verdes, recursos naturais, biodiversidade e solo e responsabiliza a União, Estados, municípios e sociedade por preservar e restaurar a vegetação.

Outro ponto vetado foi o inciso XI do terceiro artigo, que trata da interrupção de atividades agropecuárias ou silvicultura para possibilitar a recuperação do solo, chamada de pousio. A redação não estabelecia limites de tempo e de território para sua prática, o que poderia permitir que uma área rural permanecesse em pousio por tempo indeterminado, impedindo fiscalizações. Foi estabelecido um período máximo de cinco anos em uma área de até 25% do tamanho da propriedade.

Sobre as APPs, as propriedades localizadas na Amazônia Legal devem preservar um percentual que varia de 20% a 80% da área do imóvel, dependendo se ele está situado em área de florestas, cerrado ou campos gerais. Nas demais regiões do país, a área de RL é de 20%. No novo texto também incluiu apicuns e salgados (planícies próximas aos mangues) como APP, que haviam sido retirados na Câmara, e disciplina a utilização dessas áreas apenas para salinas e criação de camarão.

Quanto à recuperação de vegetação, o artigo 61 tratava de áreas consolidadas em APPs e garantia a continuidade das atividades nessas áreas ocupadas até 22 de julho de 2008. Além disso, exigia a recuperação em margens de rios de até 10 metros de largura sem distinguir o tamanho da propriedade, nem estipular valores para rios com mais de 10 metros. Na nova redação, todos os produtores serão obrigados a recompor áreas em margens de rios de forma proporcional:

- Para rios com até 10 metros de largura: propriedade de até 1 módulo fiscal precisa recompor 5 metros; de 1 a 2 módulos, 8 metros; de 2 a 4 módulos, 15

⁶ Imprensa Planalto. Notícias do Governo. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/noticias-de-governo/novo-codigo-florestal-brasileiro-e-sancionado-com-vetos>. Acesso em 15/07/2012.

metros; de 4 a 10 módulos, 20 metros e com mais de 10 módulos fiscais, 30 metros.

- Para rios com mais de 10 metros de largura: propriedade de até 1 módulo fiscal precisa recompor 5 metros; de 1 a 2 módulos, 8 metros; de 2 a 4 módulos, 15 metros; e de 4 módulos em diante, de 30 a 100 metros.

Até o momento, a MP 571/12 que está sendo analisada por uma comissão mista no Congresso já obteve mais de 600 propostas de emendas. As duas casas parlamentares tem até 60 dias, prorrogáveis por mais 60 dias para avaliar as propostas.

3.5. O HOMEM VERSUS A NATUREZA: UMA MUDANÇA DE PARADIGMA NECESSÁRIA

Nossa relação com o meio ambiente, conforme vimos no início deste capítulo, já foi muito mais utilitarista, comparada à que temos atualmente, embora muitos passos ainda devam ser dados rumo a um entendimento maior da importância de respeitarmos o planeta. Nesse estágio, consideramos essencial a superação de uma visão antropocêntrica do homem sobre a natureza.

Trigueiro (2009) nos fala da importância de “reconhecer a nossa responsabilidade, como espécie mais ‘evoluída’, na destruição dos recursos naturais não renováveis fundamentais à vida” (p.14).

Cabe ressaltar aqui que somos nós os predadores do ambiente que nos acolhe. Não se trata de uma fatalidade, castigo divino ou outra razão mística qualquer. Estamos hoje sofrendo os efeitos das escolhas que fazemos no dia a dia. Se somos a causa dos problemas, também é verdade que as soluções precisam partir de nós. (TRIGUEIRO, 2009, p.15)

De acordo com Trigueiro (2009), o nascimento da palavra ecologia veio exatamente da necessidade de investigar as relações entre os seres vivos e destes com o meio. O naturalista alemão Ernest Haeckel (1834-1919) foi quem empregou o termo pela primeira vez, mas a palavra ganhou o status de ciência com o biólogo austríaco Ludwig von Bertalanffy (1937) a partir do desenvolvimento da Teoria Geral dos Sistemas que, em contraposição ao reducionismo cartesiano, propunha que “o ambiente passasse a ser observado como uma totalidade integrada e enfatizando a inter-relação e interdependência entre os seus componentes, sendo impossível estudar seus elementos isoladamente” (p. 15).

Prigogine e Stengers (1984) também observam que a ciência entendida como a arte de manipular a natureza, nos fez erroneamente pensar que estávamos alheios a ela:

As leis universais da dinâmica das trajetórias são conservativas, reversíveis e deterministas. Implicam que o objeto da dinâmica seja cognoscível de parte a parte: a definição de um qualquer estado do sistema e o conhecimento da lei que rege a evolução permitem deduzir, com a certeza e a precisão de um raciocínio lógico, a totalidade de seu passado e de seu futuro. Por isso, a natureza concebida sob o modelo do sistema dinâmico nada mais podia ser que uma natureza estranha ao homem que a descreve. (PRIGOGINE E STENGERS, 1984, p. 205)

A respeito dessa “separação”, da concepção do homem como exterior à natureza, e portanto, seu dominador, Moscovici (1975, p.7) também alerta para o fato de que justamente para convencer-se de sua singularidade, o gênero humano “eleva barreiras em torno de si, coloca-se em oposição ao resto dos seres animados” e reforça esse mérito na convicção “de ter efetuado uma façanha, de ter ido mais longe que qualquer outro, de ocupar uma situação privilegiada na longa cadeia de seres”.

Morin e Kern (1995, p.65) também nos lembram de que não podemos “considerar como entidades separadas, impermeáveis umas às outras, homem, natureza, vida, cosmos”. Além disso, sublinham que a verdadeira racionalidade é a que está aberta à ligação entre a lógica e o empírico, que leve em conta o mito, o afeto, que conhece os limites do determinismo, do mecanicismo e que sabe que a realidade comporta o mistério.

Ora, a “hierarquização”, a insistência da racionalidade da ciência em “simplificar”, “separar”, “desmistificar” a natureza e a vida em sistemas matemáticos, a frieza dessa relação, nos afasta cada vez mais de um contato “orgânico” com o planeta que nos acolhe. Queremos dissecar e domesticar o mundo à nossa volta para usufruir de tudo o que “ele tem a nos oferecer”, o que nos impede de enxergar uma ligação harmônica, de nos vermos como parte desse todo e de entendermos que há limites para esse “usufruto”.

O Código Florestal e suas implicações, portanto, diz respeito a todos os habitantes do país, sendo de suma importância que seja tratado com responsabilidade pela imprensa. Considerando o Rio Grande do Sul um estado de forte tradição na agricultura e pecuária, contando com entidades ruralistas influentes na política local e nacional, entender a forma como esse assunto foi tratado pelo jornal de maior expressividade no estado nos pareceu emblemático. No próximo capítulo explicamos como se deu o nosso estudo ao acompanhar a cobertura do jornal Zero Hora sobre um período específico dentro da discussão acerca do novo Código Florestal.

4. ZERO HORA, MITOCRÍTICA E UM POUCO MAIS DE IMAGINÁRIO

Iniciaremos este quarto capítulo com um breve histórico e contextualização do veículo cujo material jornalístico escolhemos para compor nosso corpo empírico – a Zero Hora. Em seguida, faremos uma sucinta apresentação a respeito do estado da arte que envolve nosso trabalho: a cobertura de um tema ambiental realizada pelo jornal Zero Hora. Seleccionamos três estudos para ilustrarem um pouco da conduta deste veículo em outras oportunidades, a saber: implantação da fábrica de plástico verde da Braskem, em Triunfo (RS); a liberação da semente de soja transgênica no país, mas com consequência especial no Rio Grande do Sul por razões que posteriormente trataremos, e finalmente a abordagem do jornal quando iniciaram as discussões de proposta de alteração na legislação florestal brasileira, em 2008.

Na sequência, tratamos do *corpus* selecionado para nossa pesquisa, que abrange o período de 25 de abril a 29 de maio de 2012 e resultou em dez textos para análise. Por fim, dedicamos dois subcapítulos para esclarecermos um pouco mais da Teoria do Imaginário. Primeiramente explicamos a metodologia que utilizaremos - a mitocrítica - método originado nos Estudos do Imaginário que consiste no recenseamento de imagens simbólicas presentes em determinado produto cultural. E finalmente procuramos aprofundar algumas questões da teoria que auxiliarão em nossa pesquisa, como os símbolos originados das faces do tempo e as três estruturas de imagens que surgem como resposta a essa angústia.

4.1. O JORNAL ZERO HORA E O PORQUÊ DE SUA ESCOLHA

Zero Hora é um tabloide de periodicidade diária, com sede em Porto Alegre e distribuição para todo o Rio Grande do Sul. Foi fundada em 1964, a partir da compra do jornal Última Hora. Em 1970, a publicação foi adquirida pelo Grupo RBS, sendo até hoje o seu jornal impresso de maior relevância. A partir de 2007 a publicação passou a contar com um portal na web, que contém sua versão impressa online, além de atualizações de notícias em tempo real.

A publicação atualmente é a de maior circulação no estado e figura entre as mais expressivas nacionalmente. Possui algumas editorias fixas como política, economia, geral, cultura, internacional, rural, polícia e esportes (não necessariamente assim denominadas), mais de 60 colunistas (Rosane de Oliveira, Carolina Bahia, Irineu Guarnier Filho e Tulio Milman, para citar os de destaque) e 24 cadernos temáticos. Gostaríamos de destacar um desses, em especial: o Caderno Campo e Lavoura, publicado às sextas-feiras, dedicado ao

universo rural e criado há mais de 25 anos. Mas foi na editoria diária que leva o mesmo nome do caderno que encontramos maior parte das matérias que compõem o corpus desta pesquisa.

O que justificaria uma editoria e mais um caderno especial fixos no jornal Zero Hora sobre essa temática? Para começar, a agricultura e a pecuária estão entre os setores que mais movimentam a economia do Rio Grande do Sul, um Estado bastante marcado pelos latifúndios e concentração de terras. Entidades como a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL) e eventos como a Expointer revelam a força desse setor não somente economicamente, mas também politicamente. Esse provavelmente é um importante público de Zero Hora. Posteriormente, indicaremos algumas pesquisas que corroboram essa ideia.

Como já foi observado, Zero Hora é um dos jornais de maior circulação nacional e aqui no estado lidera esse *ranking*, caracterizando-se, portanto, como um importante canal de informação e formação de opinião. É necessário entender a linha editorial da publicação, considerando que faz parte de um grupo de comunicação ainda maior: a Rede Brasil Sul (RBS) que representa uma importante “fatia” no ramo da comunicação tanto no Rio Grande do Sul quanto em Santa Catarina. Em seu Guia de Ética, Qualidade e Responsabilidade Social, publicado em 2007, a empresa caracteriza como sua missão “Facilitar a comunicação das pessoas com o seu mundo”. Vejamos um pouco do mundo da RBS.

De acordo com o site da empresa⁷, o Grupo RBS é hoje o segundo maior empregador de jornalistas no país. Foi fundado em 31 de agosto de 1957 por Maurício Sirotsky Sobrinho, com a direção da Rádio Gaúcha. Cinco anos mais tarde entrava no ar a TV Gaúcha, hoje RBS TV e em 1970 o grupo assumia o jornal Zero Hora. Possui atualmente 18 emissoras de TV aberta afiliadas à Rede Globo, duas emissoras de TV locais (TVCOM), um canal segmentado (Canal Rural), 24 emissoras de rádio (por exemplo a Gaúcha, Atlântida, Itapema, Cidade, Farroupilha, CBN Porto Alegre, CBN Diário, Rádio Rural) e oito jornais (Zero Hora, Diário Gaúcho, Pioneiro e Diário de Santa Maria, no RS e Diário Catarinense, Hora de Santa Catarina, Jornal de Santa Catarina e A Notícia, em SC).

Em sintonia com a missão da empresa, o jornal Zero Hora atualmente trabalha com o seguinte posicionamento frente aos leitores, veiculado em propagandas televisivas: “Todos os dias Zero Hora coloca o mundo na sua mão. E você, o que faz com ele?” e finaliza: “Zero Hora – tudo na sua mão”. Pois é esse mundo mediado pelo jornalismo de Zero Hora que queremos compreender. Que mito está presente na narrativa jornalística dessa publicação.

⁷ GRUPO RBS. **Quem somos**. Disponível em: http://www.gruporbs.com.br/quem_somos/index.php?pagina=grupoRBS. Acesso em 10/09/2012.

Quais os símbolos pungentes em seus textos. Que mundo/todo é que chega até o leitor de Zero Hora?

4.2. BREVE REFLEXÃO SOBRE O JORNALISMO AMBIENTAL

Durante a realização desse trabalho buscamos contribuições de pesquisas recentes, envolvendo também a abordagem da Zero Hora sobre temas ambientais, a fim de entender um pouco o comportamento da empresa e seus jornalistas em outras coberturas. Barboza (2004), Silva (2010) e Sordi (2012) seguem a corrente do jornalismo ambiental como referencial teórico. De acordo com Girardi (2001), este é um campo que trata o meio ambiente não como algo separado dos seres humanos, mas em sua totalidade. Envolve desde questões de desastres ambientais, fauna e flora a saneamento básico, modelo de consumo e pobreza, ou seja, quaisquer elementos que influenciam na qualidade de vida ou impedem a realização de uma sociedade sustentável.

Ao discutir todas essas questões, o jornalismo ambiental informa, forma e faz um papel educativo, cumprindo com a missão de contribuir com a construção da cidadania, desde a perspectiva local à perspectiva planetária (GIRARDI, 2001, p. 58).

O jornalismo ambiental seria parte de um jornalismo científico, pois demanda a mediação entre a ciência e a sociedade, socializando esse conhecimento científico, visto que “o indivíduo bem informado pode questionar tais instituições, as tecnologias geradas e decidir sobre o tipo de sociedade que deseja para si e seus descendentes, constituindo-se como cidadão” (GIRARDI, 2001, p. 63).

Sendo assim, Girardi (2001) frisa que o jornalismo ambiental caracteriza-se por uma abordagem holística, que aponte as interconexões dos fenômenos. Para isso, apropria-se não somente das teorias da comunicação, mas também de outras áreas do conhecimento, como da saúde, economia, sociologia, filosofia, e claro, das ciências ambientais. O jornalista deve manter-se numa postura questionadora quanto ao nosso atual modelo de sociedade, de hábitos de consumo tão desenfreados, e, principalmente, “propor o fazer jornalístico na perspectiva de uma outra cosmovisão, tendo por base valores éticos, o respeito à vida e a compreensão do ser humano como parte integrante da natureza” (GIRARDI, 2001, p. 64).

Dentro dessa perspectiva do jornalismo ambiental, a dissertação de mestrado “Os sentidos do verde nas páginas de Zero Hora”, de Jaqueline Sordi, buscou a compreensão de

como esse conceito é entendido pelo jornalismo desse veículo. A partir de uma análise de discurso em 20 textos publicados entre 2008 e 2010, sobre a implantação da fábrica de plástico verde da empresa Braskem, em Triunfo (RS), o estudo apontou a predominância de um discurso ecotecnocrático⁸, que se define como próximo a uma visão mercadológica do meio ambiente.

O que foi identificado na análise do material selecionado foi o predomínio de uma visão deturpada e manipulada sobre o verde- ou seja, aquela mesma visão adotada pelo setor empresarial. As noções de natureza e daquilo que seria considerado "ambientalmente correto" apresentam-se inseridas em uma lógica mercadológica, no qual o desenvolvimento tecnológico - associado ao crescimento econômico - é visto como um elemento primordial, e a valoração da natureza configura-se através de uma visão antropocêntrica, que a avalia a partir de sua utilidade para o homem (SORDI, 2012, p. 100-101).

Para Sordi (2012), portanto, o jornal Zero Hora falha em sua missão cidadã, visto que dentre uma gama de outros fatores relevantes quanto à questão, como por exemplo, o potencial poluidor do plástico, o incentivo ao consumo desse produto, focou em um tom celebrativo, como os benefícios para a economia do Estado com a implantação da fábrica. Dessa maneira, priva de seus leitores uma visão mais detalhada de tudo o que envolve um assunto desse porte, aliando-se a interesses outros, que não o do interesse público.

Outro estudo nessa perspectiva, o trabalho de conclusão “Os Transgênicos na imprensa: o caso da liberação da soja *Roundup Ready*”, de Mariana Barboza, analisou a cobertura de quatro jornais gaúchos, incluindo a Zero Hora, no período que antecedeu a assinatura da Medida Provisória 131/03 que permitiu temporariamente o plantio de soja transgênica pelos agricultores. O objetivo, através do método descritivo documental, foi levantar as fontes e os argumentos evidenciados na cobertura para avaliar se houve eficiência na informação dos posicionamentos sobre um tema “tão complexo, que tem a ver com a economia e agricultura, mas que também interfere na saúde da população e no meio ambiente” (BARBOZA, 2004, p.336).

⁸ De acordo com Sordi (2012), a corrente ecotecnocrática é uma das principais visões para a compreensão da relação do homem com a natureza, caracterizada por tentar solucionar os problemas ambientais adotando medidas mercadológicas, como o aumento do preço de produtos derivados da natureza ou impostos pela degradação ambiental. A crítica que se faz a essa corrente é que ela vê com demasiado otimismo o modelo atual de sociedade, acreditando ser possível resolver os problemas incorporando novas tecnologias, sem considerar, portanto, os inúmeros problemas já causados pela modernização tecnológica. A esta corrente se opõe a visão ecossocial, que sustenta a ideia de uma nova racionalidade que busque um equilíbrio entre o desenvolvimento e as condições ecológicas de cada região.

Barboza (2004) destaca que apesar de a imprensa ter cumprido um dos preceitos da profissão que é ouvir os dois lados, isso não se traduziu em equilíbrio entre as fontes e argumentos, visto que a representação dada a algumas fontes prejudicava o respaldo de seu posicionamento. Também o dever da contextualização, caro ao jornalismo ambiental, foi deixado de lado, para evidenciar o caráter “bélico” entre esferas federal e estadual.

Questiona-se se alguns jornais não assumiram a luta pela liberação, que era da Farsul e do governador germano Rigotto.[...]A liberação dos transgênicos assume ares de reivindicação gaúcha, principalmente com a afirmação de várias autoridades sobre o predomínio da safra transgênica em nosso estado e a afirmação da Farsul de que iria plantar a soja contrabandeada mesmo que fosse ilegal (BARBOZA, 2004, p.444).

Para Barboza (2004), a conivência dos jornalistas com o fato consumado – a disseminação de sementes ilegais de soja transgênica no Estado – e assumido como argumento para a liberação do plantio, significou um atentado ao papel questionador inerente à profissão de jornalista. Além disso, a fraca contextualização do tema dos transgênicos também interferiu na compreensão dos fatos pelo público leitor.

Por fim, gostaríamos de destacar um trabalho que tratou também do Código Florestal. Em “Jornalismo ambiental: análise documental das reportagens do jornal Zero Hora sobre o projeto de alteração na legislação brasileira”, trabalho de conclusão de Gabriela Silva (2010), foram analisadas reportagens de janeiro de 2009 a julho de 2010, a fim de identificar as fontes mais ouvidas, o equilíbrio entre elas e quais as estratégias para apresentar os argumentos contrários e a favor da alteração da legislação.

De maneira geral, conforme Silva (2010) a cobertura realizada pelo jornal é superficial, pois não buscou o aprofundamento das questões envolvidas nesse tema, nem informações novas. Quanto às fontes, além de não apresentar muita variedade, aquelas ligadas a entidades ruralistas são predominantes. Destaca-se, ainda, o uso de fontes anônimas, geralmente em pontos polêmicos, como por exemplo a sugestão de reduzir o índice de Reserva Legal na Amazônia dos atuais 80% para 50%. Quanto à argumentação de opiniões, o contraste salta aos olhos: a cobertura contém aproximadamente 61% de opiniões ruralistas e 39% de ambientalistas.

O jornal demonstrou grande preocupação com a situação do agronegócio gaúcho [...]. Os argumentos que o veículo traz são de possíveis prejuízos aos agricultores, como a redução de áreas de cultivo, a diminuição do PIB do Estado e o aumento do desemprego no meio rural. O jornal não esclarece a função ecológica das áreas de preservação permanente e de reserva legal,

apenas as menciona como um impedimento à produção agrícola e à pecuária. As temáticas ecológicas e ambientais não são abordadas, deixando o jornal de cumprir sua função educativa” (SILVA, 2010, p. 78).

Silva (2010) entende, portanto, que Zero Hora peca na função de informar, visto que ignorou aspectos demasiado importantes, como a questão ambiental envolvida nesse tema. Além disso, ao refletir em suas páginas os interesses econômicos e políticos de apenas uma parte da sociedade, a classe ruralista, também o jornal não contribui com a função cidadã da prática jornalística.

Como podemos notar a partir desses três casos analisados, por diversas vezes faltou ao jornalismo exercido pela Zero Hora uma visão complexa, plural, cidadã dos acontecimentos em curso na sociedade gaúcha, pelo contrário. Embora nossa pesquisa não se detenha na mesma perspectiva de análise desses estudos, ou seja, a ótica do que postula o jornalismo ambiental, certamente suas considerações nos motivaram ainda mais a compreender porque o jornalismo praticado por esse veículo encontra-se tão carente de uma visão sistêmica ao que diz respeito às questões ambientais.

No entanto, é necessário frisar que a “entidade” Zero Hora, é o produto de todos os profissionais que lá trabalham e que partilham e compartilham diariamente uma cultura profissional, mas também seus desejos, angústias e visões de mundo. O imaginário seria essa força subjacente às rotinas editoriais e práticas profissionais.

4.3. O CORPUS DA PESQUISA

Para a realização desta pesquisa nos debruçamos sobre um corpus que incluiu reportagens extraídas do jornal Zero Hora. O período selecionado para a busca do material deu-se entre os dias 25 de abril e 29 de maio deste ano, que se justifica por ter sido neste íterim que o texto do Novo Código Florestal foi apreciado pela presidenta Dilma Rousseff e vetado parcialmente, o que ocorreu no dia 25 de maio, exatamente um mês após o envio do texto ao Planalto pela Câmara dos Deputados. Optamos por estender a procura das matérias até o dia 28 de maio porque a publicação do veto, bem como da Medida Provisória no Diário Oficial da União aconteceu no dia 27 de maio e assim, pudemos acompanhar a repercussão do fato até o seu desfecho. Durante o período de 25 de abril a 29 de maio, encontramos 28 ocorrências para o Código Florestal nos jornais da Zero Hora. Foram 10 matérias especificamente sobre o assunto, quatro artigos, um editorial, duas charges, cinco referências na coluna da Carolina Bahia, uma “Foto da Semana” no caderno Dinheiro, além de quatro

notas curtas nos espaços Informe Rural e no Caderno Rural. Nota-se uma média de quase uma ocorrência para cada dia do período analisado e que extrapolou o âmbito da editoria rural. Seleccionamos, no entanto, apenas as dez matérias jornalísticas para compor o corpus de análise. Dessas, sete saíram da editoria Campo e Lavoura, duas saíram no espaço Reportagem Especial, que ocupam sempre as páginas 4 e 5 do jornal - portanto, o assunto de maior destaque geralmente da edição -, e uma matéria da editoria de Economia.

4.4. ADENTRANDO UM POUCO MAIS NO IMAGINÁRIO

Para melhor compreensão da maneira como este estudo foi realizado, julgamos importante mergulharmos mais um nível na explanação dessa teoria que nos serviu tanto de referencial teórico, quanto de metodologia – os Estudos do Imaginário.

4.4.1. Pelo caminho da hermenêutica: a mitocrítica

Apesar da imensa tradição dos estudos de análise documental, de discurso e de conteúdo nesse tipo de pesquisa, exemplo do que já comentamos sobre alguns trabalhos da área (Silva 2010, Sordi 2012, Barbosa 2004), nosso objetivo aqui não é mapear as fontes, nem os argumentos presentes na matéria, ou apontar as falhas informativas dessa cobertura, mas tentar um caminho alternativo: o da hermenêutica, através dos Estudos do Imaginário, em busca de um possível porquê da cobertura ser feita de determinada maneira. Qual o imaginário que permeia a cobertura de temas ambientais no jornal? Com quais símbolos nos deparamos ao longo dessas narrativas? E como compreender essas escolhas, que na verdade não são necessariamente deliberadas, mas fruto de um imaginário latente na cultura dessa sociedade na qual os jornalistas e a própria empresa estão inseridos?

Conforme sublinha Barros (2010), a contribuição dos estudos do Imaginário é justamente acrescentar uma perspectiva, ampliando o ângulo de análise para um entendimento que conecte as dimensões política, cultural, social e histórica de determinado produto humano.

Assumir a perspectiva dos Estudos do Imaginário para a compreensão de um fenômeno ou para o equacionamento de um problema de pesquisa implica aceitar a anterioridade ontológica do imaginário em relação aos demais constructos, ou seja, é a partir do imaginário que a história, as relações sociais, a cultura, a própria Comunicação são realizadas. Por exemplo, o fato jornalístico não é algo que se estude somente a partir deste ou daquele dado

histórico e desta ou daquela conjunção econômica, mas levando-se em conta um imaginário específico que *permitiu* sua ocorrência (BARROS, 2010, p 130).

A mitocrítica é um método criado por Gilbert Durand para justamente tentar “identificar mitos pessoais e suas eventuais relações e projeções sobre os mitos coletivos, com o objetivo de armarem-se grandes redes de constelações simbólicas” (COELHO, apud BARROS, 2009, p.6). O procedimento consiste em um recenseamento de imagens simbólicas através da observação de temas ou metáforas obsessivas – os mitemas - presente em determinada obra cultural. Para isso, é necessário de acordo com Barros (2010) partir do “pressuposto que toda narrativa é aparentada do mito, possuindo a mesma estrutura que ele, apoiada em redundâncias” (BARROS, 2010, p.137). A redundância permite detectar no texto as metáforas obsessivas e, dessa forma tentar identificar a relação ou projeção de mitos pessoais sobre mitos coletivos.

Para a compreensão do nosso corpus, procedemos primeiramente com a leitura das dez reportagens, assinalando no texto cada mitema que remeta às estruturas heroica, dramática ou mística, assinaladas no segundo capítulo, mas que aprofundaremos a seguir. Após a marcação em todos os textos, organizamos essas imagens simbólicas dentro desses três grupos, a fim de verificar a maior ou menor ocorrência delas, e também para entendermos a quais mitos ou arquétipos elas se relacionavam. Depois desse procedimento, buscamos compreender, portanto, como esses símbolos refletem o imaginário latente na cultura desses profissionais da Zero Hora, ditando seu posicionamento em relação a temáticas ambientais e, especialmente, ao Novo Código Florestal.

4.4.2. O universo da angústia e a resposta das estruturas simbólicas

Para entendermos esse recenseamento de imagens simbólicas e suas relações é necessário compreender um pouco mais das estruturas heroica, dramática e mística brevemente comentadas no segundo capítulo deste trabalho. Durand (1997) mostra que essas três estruturas do imaginário são respostas do homem ao universo da angústia, representado pelas faces do tempo e a certeza da morte, sendo perceptível em torno de três tipos de símbolos: os teriomórficos, nictomórficos e catamórficos. Essas angústias são universais e ontológica a todos os seres humanos.

Os símbolos teriomórficos representam o medo do animal, do bestiário e também de seus movimentos. Conforme explica Durand (1997) a animalidade pode remeter a símbolos

de agitação, mudança, caos, mas principalmente ao simbolismo da agressividade e crueldade. “É, portanto, na goela animal que se vêm concentrar todos os fantasmas terríficos da animalidade: agitação, mastigação agressiva, grunhidos e rugidos sinistros” (DURAND, 1997, p. 85).

Já os símbolos nictomórficos remetem à angústia da escuridão, valorizados de maneira quase sempre negativa: “a hora do fim do dia, ou a meia-noite sinistra, deixa numerosas marcas terríficas: é a hora em que os animais maléficos e os monstros infernais se apoderam dos corpos e das almas” (DURAND, 1997, p. 91). Tudo que se relacione à impossibilidade de enxergar bem - as trevas, a noite, a cor negra, até mesmo a cegueira e a água profunda - são símbolos dessa constelação.

Os símbolos catamórficos, por fim, estão ligados à queda. Durand (1997) lembra que o movimento que “a parteira imprime ao recém-nascido, as manipulações e as mudanças de nível brutais que se seguem ao nascimento, seriam, ao mesmo tempo, a primeira experiência da queda e a primeira experiência do medo” (DURAND, 1997, p.112). A vertigem vem a ser inibidora de toda ascensão, e a gravidade nos desafia a todos quando aprendemos a andar. Também atribui-se à queda a possessão pelo mal, e aqui encontraremos símbolos que remetam à cólera, inveja, assassinio e à moral sexual como o pecado e a tentação.

Como vimos, em resposta aos símbolos do universo da angústia, ergue-se outro simbolismo, constelando entre as estruturas heroica, mística e dramática.

A estrutura heroica abriga uma constelação de imagens simbólicas sob o regime diurno que “tem a ver com a dominante postural, a tecnologia das armas, a sociologia do soberano mago e guerreiro, os rituais de elevação e da purificação” (DURAND, 1997, p. 58). Sua resposta antitética ao universo da angústia nada mais é que um pretexto para a “luta”. Serão símbolos dessa estrutura as matérias luminosas, visuais, de separação e purificação como armas, flechas, gládios, sol, escada, entre outros.

Imaginar o tempo sob uma face tenebrosa é já submetê-lo a uma possibilidade de exorcismo pelas imagens da luz. A imaginação atrai o tempo ao terreno onde poderá vencê-lo com toda a facilidade. E, enquanto projeta a hipérbole assustadora dos monstros da morte, afia em segredo as armas que abaterão o Dragão (DURAND, 1997, p. 123).

Já as estruturas mística e dramática se localizam no regime noturno que adotará uma postura não de confronto aos símbolos da angústia, mas de aceitação. Conforme explica Durand (1997), trata-se de “captar as forças vitais do devir, em exorcizar os ídolos mortíferos de Cronos, em transmutá-los em talismãs benéficos e, por fim, em incorporar na inelutável

mobilidade do tempo as seguras figuras de constantes, de ciclos que no próprio seio do devir parecem cumprir um desígnio eterno” (DURAND, 1997, p. 193-194).

Na estrutura mística, cuja dominante reflexiva é a descida digestiva, a postura é a eufemização das angústias. Aqui encontraremos as matérias de profundidade, intimidade, acolhimento. A queda não é abrupta, mas uma descida; a escuridão transforma-se em noite; e o animal já não amedronta mais. São exemplos os símbolos que remetam à bebida e alimento, à feminilidade, à morada, à introspecção.

Trata-se de 'desaprender o medo'. É uma das razões pelas quais a imaginação da descida necessitará de mais precaução do que a ascensão. Exigirá couraças, escafandros, ou então o acompanhamento por um mentor, todo um arsenal de máquinas e maquinações mais complexas que a asa, o tão simples apanágio do levantar voo. Porque a descida arrisca-se, a todo momento, a confundir-se e a transformar-se em queda. Precisa continuamente se reforçar, como que para se tranquilizar, com os símbolos da intimidade (DURAND, 1997, p. 200-201).

A estrutura marcadamente dramática permite a reunião dos opostos buscando a harmonização das imagens com valorizações negativas e valorizações positivas. Sua dominante copulativa, rítmica, “de que a sexualidade é o modelo natural, projetam-se nos ritmos sazonais e no seu cortejo astral, anexando todos os substitutos técnicos do ciclo” (DURAND, 1997, p. 54). A roda, o deus plural, o andrógino, o ato sexual são alguns dos símbolos relacionados a essa estrutura.

Com base nesse arcabouço simbólico e utilizando a mitocrítica é que procederemos, no próximo capítulo, à análise das reportagens extraídas de Zero Hora.

5. AS IMAGENS SIMBÓLICAS LATENTES EM ZERO HORA

Tendo como referencial teórico e metodológico os Estudos do Imaginário, este capítulo se propõe à apreensão das imagens simbólicas presentes no relato jornalístico de Zero Hora sobre a votação do Novo Código Florestal, no período de 25 de abril a 29 de maio de 2012.

5.1. O RECENSEAMENTO DOS MITEMAS NO CORPUS

Primeiramente destacaremos cada um dos textos, procurando apreender deles as imagens simbólicas e buscando uma relação com as três estruturas do imaginário – a saber: heroica, mística, dramática. Em cinco dos dez textos selecionados há o comentário do colunista da editoria Campo e Lavoura, Irineu Guarnier Filho, com o “Olhar do Campo”. Entendemos conveniente incluir a análise deste relato também, pois consideramos que o texto ali está com a função de corroborar a opinião do veículo Zero Hora, afinal, um comentarista ou colunista assim é denominado quando goza de confiança da política editorial, portanto, compartilha da cultura e visão de mundo do veículo no qual trabalha, o que é mais uma perspectiva para tentarmos entender esse imaginário latente na comunidade jornalística de Zero Hora sobre esse tema.

Importante salientar, ainda, que os termos e frases assinaladas em negrito e entre aspas são aquelas retiradas em original dos textos jornalísticos.

TEXTO 1: “Disputa entre planalto e aliados adia a votação”

O primeiro texto do corpus é do dia 25 de abril, e é assinado pelo repórter Fabiano Costa, que acompanha os fatos diretamente de Brasília e traz a expectativa dos parlamentares e da presidente Dilma Rousseff quanto ao pleito. A matéria afirma que o Planalto teria orientado sua base a recuar da votação, temendo outro resultado desfavorável, a exemplo do que havia ocorrido na Câmara pela primeira vez. Quatro ministros e o líder da câmara Arlindo Chinaglia (PT-SP) teriam passado o dia anterior à votação conversando com o relator Paulo Piau (PMDB-MG) em busca de modificações no texto que iria pra votação. Sem resultado, a saída encontrada pelo governo foi ingressar com um requerimento que pedia a retirada do projeto na ordem de votação. O governo, no entanto, já estaria ciente da derrota na votação, pois não contaria com o apoio integral de sua bancada aliada (o relator do projeto é

peemedebista). A matéria encerra com a fala do presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS) que afirma que a presidente irá vetar o texto, caso sua redação não esteja de acordo com o pensamento dela.

Na chamada da matéria **“Batalha na câmara”**, seguida pelo título **“Disputa entre Planalto e aliados adia votação”**, temos já anunciado o conflito, o que nos remete à estrutura heroica, com suas imagens bélicas. Tendo percebido a **“ameaça de sofrer novo revés”**, a presidente Dilma **“ordenou [...] que a base governista recuasse, adiando a votação”**. A estratégia utilizada diante da derrota iminente, no entanto, já se mostrava ineficiente e teria sido a última “cartada” do Planalto, após a **“derradeira tentativa de convencer o peemedebista”** não ter obtido sucesso. De acordo com a matéria, é só uma questão de tempo até que a bancada ruralista **“com maioria suficiente para derrubar o governo”** leve adiante sua cruzada com o Código Florestal. Novamente a estrutura heroica se apresenta tanto na intenção estratégica do Planalto, de recuo, quanto na tentativa da queda de braço sinalizada pela bancada ruralista, tentando imprimir ao governo uma derrubada que pode ser uma queda de poder, um rebaixamento moral, a quebra da hierarquia.

Nota-se que a reportagem é construída com base apenas nos bastidores da votação, focando estritamente o palco de batalha formado. Não é uma batalha qualquer, mas um fratricídio. Trata-se do 'fogo amigo': a base governista que é composta por parlamentares tanto do partido da presidente quanto por partidos aliados discordam quanto aos rumos do texto. As manobras deixam claro esse racha, e quem vem ganhando com isso é a bancada chamada ruralista, que já antevê o êxito em suas reivindicações. É apenas uma questão de tempo.

A matéria ainda conta com um box chamado “A polêmica”, onde estão dispostos lado a lado os argumentos do texto do Senado e o texto da Câmara, com o propósito de compará-los em torno de duas questões, consideradas as mais polêmicas: as margens dos rios e as áreas urbanas. No fim do box, há os argumentos da presidente Dilma Rousseff logo abaixo do “lado” do Senado, por ser considerado este o texto preferido da presidente, e o argumento do deputado Paulo Piau, relator do texto da Câmara, abaixo do texto correspondente. Esse recurso – o box explicativo – também remete à uma estrutura heroica, pois busca a compreensão de uma situação através de dados, da máxima demonstração, visualização, argumentação.

TEXTO 2: “Câmara aprova Código Florestal”

No dia seguinte, 26 de abril, o mesmo jornalista Fabiano Costa é quem relata como foi a votação no dia anterior, quando 274 votos foram suficientes para aprovar o texto do deputado Paulo Piau, considerado permissivo demais pelo Planalto, e por outros 184 votos contrários. O único ponto agradável ao planalto e que foi inserido a partir de uma brecha, foi a volta do parágrafo que dispõe sobre a recomposição da área de vegetação nas margens de rios.

De resto, a base aliada não cedeu às orientações do Planalto, e em resposta, o líder do governo adiantou que esses pontos serão vetados pela presidente que não quer ser rotulada como amiga do desmatamento às vésperas da Conferência Rio+20.

Apesar de a retranca brindar a **“Nova etapa”**, o título anunciar que a **“Câmara aprova Código Florestal”** e a linha de apoio contar que **“os deputados deram aval a limite para recuperar vegetação em margens de rios”**, imagens que poderiam remeter a acordo e portanto a uma estrutura dramática, no lide esta impressão se desfaz e novamente estamos no cenário bélico da atitude heroica: **“após travar batalha com a bancada ruralista”**, **“reverteu em cima da hora uma derrota total”**, **“manobra regimental conseguiu impor”**, **“assistiu aos deputados alterarem outros 20 pontos”**. Essas imagens nos mostram que não foi pacificamente que o governo aceitou o resultado da votação.

As imagens dramáticas até aparecem novamente no texto, por exemplo, quando sabemos que a votação ocorreu **“depois de quatro meses de debates”**, e que a presidente **“garantiu o ponto nevrálgico do código”** (a recuperação das margens de rios). No entanto, esse pequeno avanço não foi suficiente para aplacar a ira governista, que teme pela **“imagem do país às vésperas da Rio+20”** e então teremos a imagem heroica ressurgindo com a crítica dos líderes do PT, PV e PSOL ao projeto, classificando-o como um retrocesso, aqui entendido como uma queda, uma diminuição da proteção à natureza, um rebaixamento moral visto que o país sediará uma conferência ambiental nos próximos meses, e sendo assim, deveria dar o exemplo no que tange ao assunto.

Nesse texto, contamos com a presença do comentarista da editoria Campo e Lavoura, com sua coluna chamada **Olhar do Campo**, Irineu Guarnier Filho. A julgar pelo nome da coluna, já se percebe que o jornalista se pretende um observador distanciado, como se não participasse daquele ato ou fosse afetado pelas consequências da votação. Seu texto intitulado de **“Eterna Polêmica”**, inicialmente nos traz imagens dramáticas, afirmando que o texto **“não será o marco legal sonhado pelos produtores rurais, tampouco pelos ambientalistas”**. Ou seja, já que é impossível agradecer a todos, então, de certa forma as duas

opiniões contrárias unem-se na conformidade dessa insatisfação. A impossibilidade de criar um texto satisfatório aos dois lados seria pelo fato de o tema ser **“complexo, polêmico”**. O jornalista admite que **“ambas as partes têm suas razões, e a questão não se resolverá com a supressão deste ou daquele artigo polêmico”** - novamente uma atitude imaginativa dramática, com sua capacidade de ligação de opostos e conformidade.

Visto dessa forma, portanto, o governo não está de lado nenhum, pois não consegue solucionar completamente nenhuma das reivindicações. Como argumentos principais para essa “incapacidade” do governo, traz a impossibilidade de um código **“abarcando em seus artigos a diversidade ambiental brasileira”**, e quanto a isso crê que **“certamente muitos pontos da nova lei terão de ser revisados mais adiante”**. Aqui a imagem dramática se revela na crença do devir, da possibilidade do amanhã resolver os problemas do hoje, em suma na confiança na roda do tempo. Mas é interessante notar que o problema, a impossibilidade de o código agradar a todos é a natureza e sua diversidade e não a incapacidade do homem de refletir acerca de seus limites sobre ela.

O comentarista, então, após apresentar o impasse, resolve-o dizendo que o importante no momento é ter um **“ponto de partida, uma base legal sobre a qual se discutir”**. Para o jornalista é inconcebível que um tema **“tão importante para a vida dos brasileiros, do campo e da cidade seja regulado por uma legislação velha de mais de 40 anos”**. Começamos a ver uma estrutura heroica: a caducidade e a cegueira estão ligadas aos símbolos nictomórficos pelo medo do escuro, mas também aos símbolos catamórficos, da queda, visto que também remetem ao rebaixamento, à perda dessa capacidade visual, e até mesmo intelectual. Contra essas imagens, ergue-se a estrutura heroica com seus símbolos espetaculares (visuais) e ascensionais (da subida, elevação, evolução). A incapacidade de ver seria o oposto à clarividência, a clareza, a luminosidade, da qual a ciência goza, por exemplo. Aqui, um código velho não serve mais, não é capaz de ser útil ou eficiente. O progresso pede passagem e não pode ser interrompido pelas trevas, pelo obscurantismo. No entanto, para os ambientalistas, o código agora “antigo” era já eficiente, e para estes, o retrocesso se dará com a modernização deste atual, por privilegiar demasiadamente o “desenvolvimento” a qualquer custo, neste caso, a preservação ambiental. É interessante perceber aqui como esses termos “progresso”, “retrocesso” são utilizados pela mídia, parlamentares e ambientalistas, pois é polivalente. Para alguns, o desenvolvimento econômico é progresso, para outros, esse desenvolvimento a qualquer custo é retrocesso.

Por fim, ele empurra finalmente a questão da natureza para o amanhã: **“nem que por falta de vontade política para enfrentar o tema no Congresso, a regulamentação**

ambiental venha a ser feita mais tarde pelo Judiciário". Novamente essa confiança no girar da roda do tempo, na esperança do porvir nos remetem à estrutura dramática: é a tentativa de harmonizar a questão dizendo que o tempo se encarregará de resolver as contradições. E para o jornalista, o que é passível de esperar é a questão ambiental, a natureza. O homem tem pressa, o desenvolvimento bate à porta e este sim não pode se entregar à inconstância do amanhã.

TEXTO 3: “Presidente irá vetar pontos polêmicos”

No texto do mesmo dia, só que após a separação de uma página inteira de anúncio, o título já anuncia a **“nova etapa”** que aguarda o texto do Código Florestal: os possíveis vetos da presidente Dilma Rousseff. A partir dessa votação, a presidente começa a aparecer como uma juíza, a detentora do poder de escolha, a quem recorrem os dois lados envolvidos na questão: **“a presidente adiantou que vai vetar pontos polêmicos [...] e compensará trechos suprimidos pelos deputados em medidas provisórias”**. A imagem da justiça, a capacidade de julgamento, de segregação é atitude heroica. Assim como a atitude dos lados opostos desse jogo, que não estão simplesmente parados à espera do veredito final. Parlamentares da bancada ruralista já estão se antecipando ao veto e procurando contorná-lo a partir de outro projeto de lei. A batalha está se configurando, e a presença de termos como “polêmico/a”, a exemplo do título demonstram isso. Ora, uma polêmica nada mais é do que um campo de divergência entre duas ou mais posições. A palavra por si já é uma referência também, à estrutura heroica, da antítese, do enfrentamento, e as tentativas de contornar o veto são as armas que a bancada ruralista utilizará para conseguir o que deseja: **“a bancada pretende apresentar projeto de lei para regulamentar as faixas de floresta à beira de rios”**.

Para explicar o ponto **“nevrálgico”** da votação do dia anterior, Zero Hora traz um infográfico com o título **“Uma longa discussão”** e mostra **“O caminho”** que percorreu o texto do código até o momento, e **“O retorno”** do artigo que trata da recomposição das margens dos rios em área de preservação permanente. Já comentamos aqui que usar artifícios como gráficos, box, dados e afins denota uma característica heroica, pois busca a explicação mais clara e “evidente” possível para o esclarecimento ou convencimento em oposição à escuridão e à cegueira, que podem levar ao erro, à confusão, à inexactidão. Mas queremos nos deter um instante mais nos três destaques acima: o jogo dessas palavras **“longa discussão”**, **“caminho”**, **“retorno”** constelam em uma atitude dramática quando sublinham um

amadurecimento do debate, o constante ciclo do ir e vir - “caminho e retorno”. Dessa forma, temos que o Código Florestal está “pronto”, já chegou à maturidade, como a árvore que passa a dar frutos. Devemos nós desfrutar os frutos dessa “sabedoria”?

TEXTO 4: “Ruralistas tentarão derrubar restrições”

Em 27 de abril, a matéria aparece na editoria de economia e novamente assinada pelo jornalista Fabiano Costa, direto de Brasília. Está construída em torno de um possível veto da presidente ao texto do Código, ou seja, é uma especulação de um fato que ainda não ocorreu. A própria linha de apoio diz: **“Sinal de que Dilma vetará anistia a desmatadores deve criar resistência”**. A matéria então cria um cenário para o que pode vir a acontecer, usa até uma fonte anônima, identificada na matéria como um **“cacique petista”** a quem a ministra Ideli Salvati teria **“confidenciado”** o possível veto do governo. Essa atitude imaginativa das quais a noite, o véu, o manto são símbolos, e que busca confundir fazendo menção a algo escondido, velado, remete à estrutura mística.

No entanto, esse simbolismo logo perde espaço para o regime diurno – heroico, como já aparece no lide fartamente: **“ressaca da derrota”**, **“trechos que garantiram anistia a desmatadores serão vetados”**, em referência ao Palácio do Planalto, enquanto os líderes da bancada ruralista **“do outro lado da trincheira [...] já se mobilizam para tentar derrubar as eventuais restrições da Presidência”**. Ao longo do texto elas continuam: **“artigos que prejudiquem os pequenos agricultores estariam na mira”**, **“irritação do governo”**, **“analisar com sangue frio e tranquilidade”**. Nota-se até aqui que as imagens heroicas de combate aparecem na constante medição de forças e influências políticas entre o Planalto e a bancada ruralista.

No entretítulo da reportagem, encontraremos ainda uma atitude dramática na tentativa de expor no mesmo parágrafo os lados opostos da batalha: **“Para Farsul, lei é marco, para ambientalista, retrocesso”**. O simbolismo dramático da coexistência não impede, porém, que haja uma tendência ao primeiro argumento: é uma entidade em oposição a um ambientalista. Mas ao longo do texto perceberemos que o ambientalista é na verdade o presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, Francisco Milanez. Por que lá no subtítulo ele é caracterizado como um ambientalista, apenas? Ou seja, é a opinião de UM homem, contra o poderoso e influente exército da Farsul, também representado na matéria pelo seu presidente, Carlos Sperotto. O argumento deste, ainda, vai se unir ao do deputado

Henrique Alves (PMDB-RN), expoente da bancada ruralista e que na matéria é caracterizado como um “**escudeiro**”.

O texto do comentarista/colunista Irineu Guarnier Filho, ao final da matéria, intitula-se “**Sangue frio**”. De acordo com o jornalista, é disso que a presidente Dilma Rousseff precisará para “**analisar com serenidade a derrota que a Câmara lhe impôs**”, antes de tomar sua decisão. O veto puro e simples, para ele, significa desgaste com a bancada ruralista que é “**porta-voz do setor que mais gera receita externa para o país e que ajuda a conter internamente a inflação com abundante oferta de alimentos baratos**”. Não vamos entrar no mérito desta última falácia, visto que já foi muito bem esclarecida pelo último censo agropecuário⁹, apesar de alguns veículos como a Zero Hora insistirem na ignorância deste fato.

O que nos cabe aqui é tentar compreender a maneira como o jornalista caracteriza ambos os lados: caso a presidente resolva se indispor com a bancada ruralista, isso custará um prejuízo à nossa economia. Por outro lado, caso resolva se indispor com os ambientalistas, o prejuízo fica em estar desconfortável quanto a uma explicação meramente formal, na Conferência Rio+20. Não é a primeira vez que esse argumento aparece nas matérias: trata-se de um “capricho” apenas, a posição dos ambientalistas. As consequências do código ao ecossistema brasileiro ou mesmo às populações não é debatido aqui. Esse modo de caracterização remete à estrutura heroica: um lado é consistentemente apresentado, enquanto o outro não. Isso facilita a “escolha”, a separação, afinal um lado tem muito mais a oferecer que o outro. A estratégia fica mais clara para a presidente: basta “**pesar**” seu veredito, ou simplesmente eleger como aliado o lado “**mais forte**”.

TEXTO 5: “Movimentos e artistas pressionam presidente por mudanças no texto”

Após 13 dias desde a última menção jornalística ao assunto, o jornal volta a falar do Código Florestal em uma matéria do dia 10 de maio, que trata pela primeira vez do “outro lado”: os movimentos ambientalistas e a sociedade civil que discordam do texto enviado ao Planalto. O texto agora é assinado pela jornalista Maíra Gatto, de Brasília. Apesar de mudarem os personagens, o campo de batalha é o mesmo. Mas agora são os ambientalistas que puxam o cabo de força, nesse caso a presidente Dilma Rousseff, para as suas

⁹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>. Acesso em 10/09/2012

reivindicações. Suas armas são o protesto, a pressão pelo barulho, o brado. A foto que acompanha o texto traz a imagem de um grupo de manifestantes em frente ao Palácio do Planalto empunhando cartazes de **“Veta Tudo Dilma”, “Não deixe a corrupção acabar com nossas florestas”, “Novo Código Florestal = vergonha nacional”**.

A linha de apoio conta que a **“campanha pelo veto cresce dentro e fora da internet e governo analisa melhor fórmula para o texto”**. Aqui temos algumas ideias de como se organiza a estratégia dos que são contra o texto. Não contando com o poder de voto dentro das instâncias políticas, o caminho encontrado foi o protesto virtual e real. Palavras de ordem, o grito de guerra desses heróis que tentam dessa forma serem ouvidos e levarem sua mensagem chegar até a inatingível Dilma Rousseff. Mereceu menção na reportagem a atitude da atriz Camila Pitanga, que ao ter a oportunidade de também falar a Dilma, durante um evento em que participava como mestre de cerimônia, não hesitou em quebrar o protocolo e pedir: **“Veta, Dilma”**. O bordão virou grito de guerra, já foi projetado na fachada do Congresso pela Organização Não Governamental Greenpeace, e passa a tomar ares de clamor popular. Até então anônimo, esse exército começa a aparecer nas páginas do jornal.

A tarefa do governo, no entanto, não é fácil. A fonte trazida pela matéria, a ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira afirma: **“o problema é o dia seguinte à sanção. Não posso levar a uma situação em que a lei não seja aplicável”**. Apesar de por algumas vezes parecer querer tomar partido da causa ambiental, o governo sabe que o veto passará novamente pelas mãos dos ruralistas. É quase um beco sem saída, como nas palavras da matéria: **“deseja recuperar o texto aprovado no Senado [...] equacionando as resistências dos ruralistas para evitar uma derrubada do veto no congresso”**.

“Confusão” é o título do comentário de Irineu Guarnier Filho ao lado da matéria e não poderia resumir melhor o seu texto. Remete-nos à estrutura mística, que tem por atitude exatamente confundir. O jornalista classifica a campanha **“Veta Dilma”** de **“confusa”** logo na primeira linha e justifica sua afirmação pela ausência de uma vírgula entre as duas palavras: **“afinal, os manifestantes desejam que Dilma vete parte do Código Florestal aprovado pelo Congresso ou querem 'vetar' a presidente?”**. Ora, essa falta de clareza chama à noite, à escuridão - símbolos nictomórficos - mas também lembram o véu, símbolo de resposta da estrutura mística, que vê no breu imagens profundas, íntimas, e escondidas. O jornalista utiliza-se desse véu, dessa opacidade para esboçar seu texto: **“tenho dúvidas sobre se toda essa gente que faz barulho nas redes sociais acredita realmente que seja uma boa solução Dilma vetar as 21 alterações [...] imaginem a confusão”**. O jornalista discorda do veto porque para ele esse texto é o **“mais consensual que se conseguiu produzir”**, donde se

depreende uma imagem dramática de união de opostos. Outras razões para **“essa gente toda”** parar de **“fazer barulho”** é que muito **“dinheiro público foi gasto em mais de dois anos de negociações”**, nesta lei que foi discutida como nenhuma outra **“na história recente do país”**. Essa última argumentação é permeada por imagens heroicas, visto que lança mão de dados históricos, econômicos, a fim de dar mais consistência, força à sua opinião, em detrimento de outra. Por fim, o jornalista acusa o movimento de querer simplesmente **“embaralhar”** a discussão – novamente a imagem mística da confusão. A nós, parece que é ele quem busca desviar as causas reivindicadas pelos movimentos ambientalistas e artistas, mas nos abstermos de responder à pergunta que ele mesmo se faz: **“por quê?”**.

TEXTO 6: “Ambientalistas protestam contra o Código Florestal”

O texto publicado no dia 22 de maio, da jornalista Flávia Moraes, aborda a visita do relator do texto do Código Florestal, deputado Paulo Piau (PMDB-MG) à Assembleia Legislativa gaúcha, para falar do projeto. Apesar de a imagem primeira ser uma **“reunião”**, que a princípio nos remete à estrutura dramática com sua característica de reunir os opostos, a chamada antes do título da matéria já dá o tom do que foi o encontro: **“Recepção hostil”**. Apesar dos argumentos do relator de que **“não há uma linha no texto que estimule a derrubada de uma só árvore”**, os manifestantes acompanharam a reunião munidos de cartazes e panfletos criticando o texto do deputado. O próprio título já nos traz a estrutura heroica, com a palavra **“protestam”**: ora, já vimos que o protesto é a única arma desse grupo que não conta com poder de voto no Congresso. Contra as armas da bancada ruralista – seu poder de voto, barganha, favores políticos - ergue-se o brado retumbante dos descontentes, verdadeiros gigantes pela defesa da natureza. No entanto, esse grito é menosprezado pelo adversário - **“Piau prevê que não haverá influência da campanha Veta, Dilma”**- relata a matéria.

Além do próprio relator, a reportagem ainda tem como fonte, o coordenador da ONG Os Verdes RS, Júlio Wandam, que criticou o projeto e o deputado estadual Ernani Polo (PP-RS), responsável pela vinda do deputado Piau, e que embora tenha preferido **“não se posicionar sobre o grau de apoio ao texto”**, concorda com uma das propostas mais polêmicas ao longo das discussões - a possibilidade de transferir aos Estados a responsabilidade de delimitar as áreas de preservação. Há, portanto um falso equilíbrio de fontes, sendo o posicionamento desta última uma mutação de dramática a mística: a princípio

se diz neutra, mas confusamente se deixa revelar de que lado está, visto que o único ponto que relatou concordar é justamente da mesma opinião que o relator convidado a palestrar.

Com o título **“Alea jacta est”**, Irineu Guarnier Filho tece seus comentários a respeito da **“semana decisiva para o Código Florestal”**. Para ele, tanto a sanção do texto quanto o veto total são pouco prováveis, enquanto o veto parcial é a saída mais cotada pela presidente Dilma Rousseff. Novamente nos deteremos na curiosa caracterização que ele faz dos lados da discussão: o movimento Veta, Dilma **“considera”** a nova lei prejudicial, enquanto o movimento que se insurgiu contra esse, o Não Veta Dilma (sic) tem **“argumentos”** que **“ênfatizam”** a relevância da agropecuária brasileira pois **“produz uma das melhores e mais baratas comidas do mundo”**. Entre um aparente “achismo” sem embasamento de um lado e os fatos concretos de outro se constroi novamente um campo de escolha que fique fácil para o leitor identificar e tomar como a sua bandeira. Afinal, **“graças a isso”** (a agropecuária brasileira) **“o brasileiro deixou de comprometer 40% do seu salário com comida para gastar apenas 16%”**. A contraposição, a tentativa de separá-los por meio de argumentos uns mais “concretos” que outros, remete novamente à estrutura heroica. A ascensão triunfal de um lado - baseado em fatos, estatísticas - contra o outro lado ingênuo, utópico até, são bons exemplos dessa atitude simbólica.

TEXTO 7: “Onda verde ganha rostos de artistas”

O texto publicado no dia 23 de maio, de autoria do jornalista Paulo Germano é uma Reportagem Especial, que ocupa as páginas 4 e 5 da edição. Aborda a crescente “onda” de manifestações públicas contra o Novo Código Florestal, assim como as campanhas virtuais, que agora contam com a posição de artistas como Adriana Calcanhoto, Rodrigo Santoro e Fernanda Torres que aparecem nas fotos do quadro “Quem pede o veto”. A matéria explica que esses artistas são “orientados” pelo Comitê Brasil em Defesa das Florestas, que reúne “mais de 200 entidades” e que é responsável por confeccionar desde os cartazes até os famosos bordões e “frases de efeito reproduzidas” pelos artistas.

A primeira fonte consultada é justamente um dos coordenadores do site Floresta Faz a Diferença. A fala dele vem corroborar o que a matéria estava explicando sobre a confecção e distribuição dos materiais da campanha e ainda sobre como é a “procura” pelos artistas, que de acordo com o entrevistado Bazileu Margarido se dá levando em conta o artista com “tradição de se expressar politicamente”. Em seguida a matéria lembra que “não é bem uma novidade famosos erguerem bandeiras sociais ou políticas”, dando exemplo de campanhas

como as Diretas Já e o *impeachment* do presidente Collor, e também recorda casos de “escorregões” onde artistas veicularam informações imprecisas. Nesta parte da reportagem teremos a segunda fonte, o doutor em comunicação e cientista político na Universidade Federal de Minas Gerais, Ricardo Mendonça, que destaca que apesar de fortalecerem o debate e a divulgação de causas importantes, artistas por si só não “asseguram credibilidade à causa”. Em sequência, a última fonte é o marqueteiro Chico Santa Rita, responsável pela campanha do “Não” que ganhou no referendo do desarmamento em 2005, apesar de muitos artistas terem encampado o “Sim”. Santa Rita afirma que qualquer campanha só funciona quando baseada na verdade.

“Guerra florestal”, “onda verde ganha rostos de artistas”, “campanha para derrubar o texto”: a narrativa está novamente entrelaçada ao regime heroico e sua face bélica. A matéria vai falar um pouco mais do lado verde da batalha que agora além de contar com os ambientalistas ganha o reforço da classe artística. Os “ambientalistas”, essa grande entidade invisível, despersonificada, composta de anônimos passa a ter rostos: sabemos quem são os gladiadores da outra parte da arena. E, ao contrário de outras matérias onde fontes ligadas a ruralistas apenas dão seus pareceres burocráticos, estes aqui aos poucos vão tomando um aspecto mais humano, mais palpável, mais sensibilizados como de “carne, osso e emoção”. Quem são essas pessoas que se insurgem contra uma lei formulada nos altos escalões da política brasileira e ainda saem às ruas para gritar, para tentar despertar os demais cidadãos do estado de letargia em que se encontram para a realidade que também lhes diz respeito? Esses cidadãos não são mais os “ecochatos”, os “bicho-grilos”, os “do contra” - são pessoas que “conhecemos” da televisão, dos jornais, das passarelas, dos palcos.

A **“onda verde”** pode nos remeter a algo cíclico – portanto dramático - mas considerando o tempo de uma onda, também a algo passageiro, fugaz. Poderíamos estar, ainda, diante de uma gíria, no sentido de uma simples “moda”, “tendência” - a estereotipação do termo. Ou ainda, seria essa onda um tsunami que com sua força arrasará impietosamente o inimigo, ou que chega para abranger a todos em suas águas?

E quanto à orientação desses artistas, outra imagem recorrente no texto remete-nos à luz, referencial, ascensão, conhecimento e aí chegamos no ponto crucial: a informação. Estes são símbolos da estrutura heroica e parecem querer “alertar-nos” de que talvez esses artistas não saibam o que estão dizendo. Será? Estariam, dessa forma, servindo como marionetes, como simples fantoches de um grupo de entidades que **“confecciona até os cartazes”** e os bordões que circulam na internet? Estariam mais uma vez representando um papel passageiro, como no palco ou na passarela? **“Por trás de atores consagrados como Camila Pitanga -**

esta a maior estrela do movimento - , Wagner Moura, Christiane Torloni, Regina Casé e Fernanda Torres, há um organizado grupo de ambientalistas que os orientam", relata o jornalista. **"Fenômeno de popularidade criado para pressionar a presidente"**, **"cartazes para os famosos posarem nas fotos"**, **"frases de efeito reproduzidas por atores e cantores"** vão ao longo do texto lançando cada vez mais dúvidas sobre esse exército verde, o que não deixa de ser uma boa estratégia de guerra: desqualificar o inimigo.

Quando a matéria lembra os casos onde **"tiveram seus escorregões"** e que estes seriam **"informações imprecisas"** e **"constrangimentos"** temos ainda a imagem da queda moral, símbolo catamórfico e que no regime heroico será combatido pela ascensão e que aqui vai constelar com a ideia anterior da "orientação" aos artistas: esta serve justamente para que eles não corram o risco de resvalar e caírem nas profundezas do erro, do impreciso, da vergonha moral do equívoco. Logo após essa afirmação é que vem a fala da fonte "especializada", o doutor, professor de universidade, que está ali para dizer aos leigos e ingênuos leitores que as celebridades não são um bom parâmetro. A matéria ainda reforça que a recomendação de **"especialistas é que as conclusões pessoais sejam firmadas a partir de informações e dados concretos"**. É o golpe final: chama em seguida o marqueteiro que diz que uma campanha deve ser baseada na verdade. No seu ultimato, a reportagem que parecia uma ode aos corajosos que se expõem, mostram a cara para lutarem por seus ideais, acaba por minar a ousadia com todo esse jogo de imagens simbólicas.

Na página 5, onde a matéria continua, há uma entrevista com o criador da Turma da Mônica, Mauricio de Sousa, em função dele ter feito uma charge com o personagem Chico Bento pedindo **"Veta tudim, Dona Dirma"**. O desenhista e roteirista afirma: **"Com o Chico Bento sou mais uma voz que chega em Brasília"**. Há, ainda, outros três quadros informativos: um intitulado **"Bandeira Comum"** traz o rosto de quatro celebridades que já marcaram presença em protestos e quais as causas pelas quais agiam. A atriz Juliana Paes foi lembrada pelo vídeo contra a Usina de Belo Monte, a também atriz Letícia Sabatella que foi contra a transposição do Rio São Francisco, a modelo Gisele Bündchen pelo ativismo ambiental em diversas frentes e o escritor Paulo Coelho que está empenhado na realização da Conferência Rio+20. O outro quadro chama-se **"Os motivos da controvérsia"** e apresenta uma explicação dos pontos mais polêmicos do texto do Novo Código Florestal aprovado na Câmara: Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal, Cadastro Rural e Anistia aos Desmatadores. E por fim, há o espaço **"Repercussões"** que abre aspas ao assessor da Farsul, Eduardo Condorelli, que é contra o veto, e ao gerente do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais, Rodrigo Lima, que é a favor de um veto parcial.

TEXTO 8: “Dilma deve anunciar veto a anistia a desmatadores”

No texto do dia 25 de maio de 2012, data limite para o anúncio da posição da presidente, a matéria fala dessa expectativa. Ainda neste dia Dilma Rousseff deveria anunciar o alcance dos vetos ao texto da Câmara. No dia anterior teria feito reuniões com os ministros da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário e provavelmente com a ministra do Meio Ambiente, Izabela Teixeira, mas o texto cita apenas os gaúchos Mendes Ribeiro e Pepe Vargas, que seriam os encarregados do anúncio oficial. Apenas no último parágrafo a reportagem trata do assunto do título: um dos pontos mais polêmicos do texto do código, o artigo 62 que trata da recomposição de áreas e que foi interpretado como anistia a desmatadores pela presidência. A especulação era de que o texto do Senado fosse novamente reinserido nessa questão, pois já obrigava a recomposição aos proprietários de terra.

O título da matéria nos lembra a estrutura heroica no sentido que o veto é arma utilizada contra os desmatadores, o monstro. Apesar da palavra **“reúne”** no primeiro parágrafo e da **“tentativa de chegar a um acordo”** no terceiro e que poderiam indicar uma atitude imaginativa dramática de buscar a coexistência dos opostos, as imagens da estrutura heroica voltam a aparecer a exemplo do título, ao longo de todo o texto: **“artigos vetados”**, **“cortes no texto”**, **“artigos serão barrados”**, **“serão obrigados a recompor”**. É o dia do juízo final e a presidente Dilma Rousseff enfim dará seu veredito. Ambos os lados deram também seus últimos golpes. Ambientalistas jogaram sua última carta: **“uma petição foi entregue com cerca de 2 milhões de assinaturas, pedindo o veto ao texto. Entre os que assinaram estão a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva e o cineasta Fernando Meirelles”**. Agora só resta esperar.

“Carros e lavouras” é o título do comentário de Irineu Guarnier Filho, onde ele compara o potencial custo ambiental entre ambos. Ele inicia classificando a negociação do Código Florestal como **“longuíssima”** e que por causa disso, **“ninguém poderá dizer que a nova legislação foi empurrada goela abaixo da população”**. Deparamo-nos com a figura do monstro devorador dos símbolos teriomórficos, mas que aqui é transformado na descida digestiva da estrutura mística. O monstro Código Florestal é despido de sua face cruel e poluidora quando comparado a outros monstros que seriam ainda piores e com quem realmente deveríamos nos preocupar – os carros. Poderíamos pensar que o comentarista se contradiz em relação a outros de seus comentários anteriores, ao falar de modernização. Aqui, para atacar a resistência ao código, ele coloca as lavouras como um inofensivo hábito arcaico,

bucólico, em contraposição com a modernização representada pelos carros. Finge não saber que não resta mais nada daquela agricultura tradicional no agronegócio brasileiro de hoje: mecanizado, fazendo uso de sementes transgênicas e venenosos agrotóxicos. Ele segue: **“nunca na história recente do Brasil uma lei foi tão discutida, negociada, modificada, retificada, antes de chegar ao gabinete da Presidência da República”** - é ainda o esforço de despir o monstro Código Florestal e torná-lo degustável à goela dos leitores. Traz por fim, para corroborar a sua ideia do título o **“advogado especializado”** em questões agrárias que desafia o foco da luta dos ambientalistas: em vista da recente redução de IPI e juros bancários para compra de automóveis, não houve insurgência por parte dos grupos ambientais.

TEXTO 9: “Uma dúzia de objeções”

No dia seguinte ao anúncio da decisão do Palácio do Planalto, o assunto mereceu novamente uma Reportagem Especial, nas páginas 4 e 5 de Zero Hora. A matéria foi assinada pelos jornalistas Caio Cigana e Flávia Moraes que logo na linha de apoio já deram o tamanho da interferência da Dilma Rousseff: **“Texto do Código Florestal teve 12 vetos e mudanças em 32 pontos, que serão alterados por medida provisória editada na próxima segunda-feira”**.

O primeiro parágrafo inicia dando um clima místico da ocasião do anúncio: **“cercada de suspense”**, decisão foi anunciada **“com certo mistério”**, governo **“não detalhou”** todas as mudanças. Essa confusão, esse véu que não nos deixa prever, vislumbrar ao certo o que virá, o que está escondido, é que nos fazem ver essa estrutura mística que tem por ação confundir. Mas o que o governo pretendia com isso? Confundir a quem? Seria uma estratégia para ganhar tempo? Fugir com certa distância segura do campo de batalha, da linha do meio onde estava julgando, como numa luta de boxe onde o juiz por um momento se aproxima dos dois oponentes, interfere quando preciso, mas depois se afasta para que o combate reinicie?

Logo adiante, nesse mesmo parágrafo, vemos que essa estrutura a princípio mística vai mesmo dando lugar à estrutura dramática fracassada: **“O resultado da tentativa de equilibrar a decisão entre a recuperação ambiental e a garantia à atividade econômica foi a reprovação de grandes proprietários de terras e ambientalistas”**. O governo, aqui, não teve êxito em tentar uma aproximação aos dois lados. O meio termo não agradou a nenhum dos extremos, apenas ao intermediário, que neste caso foram os pequenos produtores rurais que **“ficaram aliviados”** com a saída encontrada pelo governo para sua situação: uma

metragem apelidada de “escadinha” vai levar em conta o tamanho da propriedade para calcular a área de recomposição em margens de rios: **“vetos parciais foram positivos”, “novas obrigações [...] foram justas”, “aqueles que podem vão contribuir mais”**. Os outros dois lados, ruralistas e ambientalistas continuam **“descontentes”**: **“mudanças não satisfatórias”, “sensação é de frustração” (Farsul); “queriam o veto total”, “mercantilização da natureza” (ambientalistas)**.

Até o final deste texto da página 4, teremos novamente então a estrutura heroica presente. É quando o Palácio do Planalto, o grande juiz, dará enfim o seu parecer, mas não de forma direta - aposta na confusão como uma estratégia, e, assim, por um período, consegue uma trégua, que neste caso será até a próxima segunda-feira quando a medida provisória seria publicada – e quando finalmente os dois lados saberão o quanto retrocederam ou avançaram na batalha. É dessa forma que o governo, o juiz, retira-se para que o segundo *round* comece.

Essa passagem, esse caminho percorrido entre as três estruturas simbólicas – mística, dramática, heroica – também é refletida no box informativo que resume o anúncio: **“Em busca do equilíbrio, mas sem clareza”** traz **“O que ficou definido”** (12 vetos, 32 alterações no texto e a forma de regularização das propriedades rurais); quais as **“Regras mantidas”** (mínimo de reserva legal de 80% na Amazônia, 35% no Cerrado e 20% nos demais biomas, preservação de nascentes, manguezais, pantanais, topos e encostas de morros); e **“O que ainda falta explicar”** (recuperação e manutenção de áreas de preservação permanente em áreas urbanas). Também segue uma linha semelhante ao caminho percorrido pelas estruturas no texto, o cabeçalho que abrange as duas páginas da reportagem, com frases de todos os lados envolvidos: Greenpeace e WWF criticam o texto falando em nome dos ambientalistas; o presidente da Farsul, Carlos Sperotto, também faz crítica em nome da entidade ruralista gaúcha; o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, afirma que este é **“o código do bom senso”** falando em nome da posição da Presidência; e a presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Kátia Abreu, afirma que a entidade vai **“deixar as coisas acontecerem”**, já que o código tinha beneficiado aos pequenos agricultores.

Na página 5 temos a continuação da matéria com o entretítulo: **“Decisão de Dilma envolveu até aulas com especialistas”**. Daqui depreendemos que o veredito da juíza não foi tarefa fácil. Podemos imaginar que tenha sido calculado com uma precisão cirúrgica. É o que a matéria nos relata com colocações como: **“análise minuciosa dos pontos a serem cortados”, “verdadeira maratona de reuniões”, “encontros receberam até o apelido de 'sessões de espancamento'”, “cada artigo[...] era discutido com direito a aulas particulares de especialistas[...]hábito antigo da presidente para lidar com assuntos**

complexos”. Empreendeu-se uma verdadeira jornada heroica na busca da separação do joio do trigo: armada de especialistas a presidente dissecava ponto por ponto, com a visão apurada de um cirurgião à procura das células maléficas, distingui-las das outras para enfim extirpá-las.

No segundo parágrafo, sabemos que a estratégia final foi **“consolidada”** com a posição da ministra Izabella Teixeira **“prevalecendo”** sobre as outras. O texto que ela defendia era o do Senado pois considerava-o como o **“melhor acordo possível para conciliar produção agrícola e conservação”**. Temos aqui a mulher representando a maturidade, a confiança na resolução dos conflitos por meio do acordo entre ambas as partes, nos trazendo a estrutura dramática com a força de sua capacidade de ligação. Para ela, o veto **“impede a concessão de anistia àqueles que desmataram ilegalmente[...], beneficia pequenos proprietários, obriga os produtores a recuperar florestas destruídas e visa manter protegidas áreas vulneráveis”**. A maturidade lhe ensinou que quão forte se bate, tanto será a força da resposta, e que é preciso jogo de cintura para que ao menos o meio termo seja conquistado. Sua preocupação (e isso aparece em uma fala dela na matéria número 5) é manter um nível que não seja permissivo demais, mas que também não seja agressivo a ponto de ser totalmente rechaçado pela resposta ruralista no Congresso. Definitivamente, o código está a dançar conforme a bailarina na corda bamba. É preciso saber se orientar a cada sopro do vento, e ele sopra de todos os lados. De posse deste novo texto e acompanhada dos ministros, Dilma apresentou-o aos líderes do governo na Câmara, Senado e Congresso e com eles acertou a estratégia para fazer a tramitação desta nova proposta bem como a Medida Provisória para cobrir lacunas deixadas pelos vetos. A equipe se reúne para rever o plano e checar as armas para o momento decisivo: o anúncio.

Ainda nesta página, temos um box e um infográfico. O primeiro, **“Os desdobramentos das mudanças”** tem um caráter dramático, no sentido em que aposta no devir, põe-se a olhar adiante, tentando prever as consequências desta jogada e não lamentando o já ocorrido. Confia na roda do tempo e debruça-se sobre quatro preocupações: **“Quem fiscaliza”** explica quais órgãos serão responsáveis por cuidarem da aplicação das novas diretrizes, sendo o Sistema Nacional do Meio Ambiente composto por órgãos da União, estados e municípios, por exemplo, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Batalhão Ambiental da Brigada Militar. **“Impacto Econômico”** traz como fonte um economista da Farsul que limita-se a dizer que é muito provável haver reflexos econômicos no nosso estado. **“Imagem Internacional”** especula sobre a acolhida do texto durante a Conferência Rio+20. As fontes procuradas seguem um equilíbrio: para o líder do governo no Congresso, senador

José Pimentel (PT-CE), o Brasil entra com a postura de quem **“consegue unir preservação ambiental e produção”**; para o Comitê Brasil em Defesa das Florestas que reúne entidades ambientalistas, o veto parcial **“contrariou a sociedade”** e significa **“discursos e práticas incompatíveis”**; e para a Fundação Amazonas Sustentável, o veto parcial foi uma atitude acertada do governo, pois dá **“tratamento diferenciado aos pequenos produtores”**.

O infográfico chama-se **“A fórmula da escadinha”** e mostra como funcionará esse dispositivo tão celebrado entre os pequenos produtores. Explica o que é módulo fiscal e mostra duas imagens para dar conta das especificações da lei que prevê recomposição das margens de rio de acordo com o tamanho da propriedade (de 1 módulo até acima de 10 módulos) e a largura do rio (até 10 metros de largura e mais de 10 metros).

TEXTO 10: “Código de Dilma vai encarar resistência”

A matéria publicada em 29 de maio da jornalista Flávia Moraes acompanha a repercussão do detalhamento dos vetos e alterações ao Código, anunciados na sexta-feira, mas só publicados no Diário Oficial na segunda-feira. O título **“Código de Dilma vai encarar resistência”**, a chamada **“Sem trégua”**, e a linha de apoio **“Ambientalistas e ruralistas prometem questionar trechos da nova legislação”** dão o tom do desenrolar do tema. Bem longe da conciliação pacífica, ambos os lados estão irredutíveis e não aceitam retroceder nenhum passo em busca da vitória. Novamente se reposicionam, repensam suas estratégias e prometem novos embates.

A presidente da República, mãe da Pátria, não consegue unir sob um mesmo ideal seus filhos que tornam a se confrontar: **“grandes produtores estão insatisfeitos com a ampliação da área recomposta[...] e ambientalistas criticam possibilidade de recomposição [...] com espécies exóticas”**. O cenário de batalha é evidente, e as armas desse combate são reveladas: ruralistas apostam em **“negociações ou proposição de emendas”**, enquanto ambientalistas apostam todas as fichas em **“mobilização social e discussão do novo código durante a Rio+20”**. A matéria ainda traz a próxima etapa do texto: agora o Congresso analisará a Medida Provisória 571, onde estão as respostas para as lacunas deixadas pelos artigos vetados. São 60 dias prorrogáveis por mais 60, para analisarem, proporem mudanças e aprovarem o texto final. Ou seja: jogo ainda não acabou. A presidente apenas repassou a bola para o meio do campo. E ela agora está novamente com os deputados.

Há, ainda, um infográfico que contorna toda a página, contendo os 12 pontos vetados pela presidente Dilma. Cada um é explicado de acordo com uma comparação de **“como era”**

no texto da Câmara e **“como ficou”** com a intervenção do Planalto. Como já mencionamos em outros textos, essa intenção de “demonstrar”, tornar “visível” enfim, remete geralmente à estrutura heroica. Além desse recurso, a página ainda conta com o destaque de três opiniões, sendo duas delas sustentando o mesmo viés: o assessor da Farsul, Eduardo Condorelli, que já aparecia dentro da matéria como fonte, reafirma a posição contrária da entidade às alterações propostas pela presidência da República; o advogado e professor de Direito Ambiental, Gustavo Trindade, considera que o texto do Planalto **“ficou na medida certa”** e que teria conseguido o **“equilíbrio para o conteúdo, contemplando produção e preservação”**; e o assessor de política agrícola da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag), Alexandre Scheifler, que também acredita que a medida provisória **“foi excelente”** pois **“traz muito bem o princípio da proporcionalidade”**.

5.2. AS IMAGENS SIMBÓLICAS MAIS PRESENTES NA NARRATIVA DE ZERO HORA

Ao longo desses dez textos, a polarização do debate do Código Florestal em torno de ambientalistas *versus* ruralistas, a polivalência do uso das palavras “progresso” e “retrocesso” e, sobretudo a esmagadora presença do simbolismo heroico nessas matérias foram as observações que mais nos instigaram.

A polarização do debate entre ruralistas e ambientalistas reflete puramente a burocratização dos meios de comunicação em geral, mas que nesse caso, vimos refletida na postura dos jornalistas de Zero Hora. A ausência de personagens fora desse eixo “ambientalistas-ruralistas”, e por algumas vezes, o Palácio do Planalto, é causada pelo comodismo da busca pelas fontes oficiais, o famoso “pegar uma palavrinha rapidinho” na porta dos gabinetes ou durante coletivas de imprensa e que serão devidamente encaixadas em um local já pensado dentro da estrutura engessada dos textos jornalísticos. Não houve em nenhum momento dentro do período analisado - e que superou um mês de coleta de material - a menor menção a algum pequeno agricultor sobre o que faria para adequar sua propriedade ao código, a alguma vítima de enchentes causada pela ocupação irregular em morros sobre o que ela achava de uma lei que fiscalizasse corretamente essas incidências a fim de evitar novas tragédias, ou ainda um cidadão comum, uma enquete de rua que fosse, para saber o que as pessoas sabiam sobre o assunto. Nada. Um mês baseado apenas em especulações, no acirramento dos ânimos do Planalto com sua base governista, com a bancada ruralista e nos protestos dos descontentes. A pluralidade ficou restrita apenas a essas fontes, tirando do

restante da população o envolvimento com o tema, como se não lhes dissesse respeito algo de tamanha complexidade para o país. Uma das leis mais controversas de nossa história recente e o jornal de maior representatividade no estado contenta-se a assistir a gana do agronegócio, o desespero dos ambientalistas, o jogo de cintura do Planalto para sair de uma maneira o mínimo decente dessa discussão, e constroi suas matérias baseadas apenas nesse espetáculo.

A utilização de termos como “progresso” e “retrocesso” associados ao novo Código Florestal chamaram a atenção justamente porque são polivalentes, ou seja, eram usadas por ambos os lados do debate, mas com sentidos diferentes. Para os ruralistas, o progresso é acompanhado de sentidos como “evolução tecnológica”, “modernização da legislação”, “flexibilização do texto”. Já para os ambientalistas, o progresso reside na “preservação”, na “conservação”, na “conscientização” do prejuízo que o crescimento desenfreado e insustentável provoca. As ideias de “avanço” e “estagnação” são inversamente proporcionais às duas correntes. Enquanto a evolução para os ruralistas está focada no sentido de uma subida heroica, uma constante atualização do arcaico, para os ambientalistas é o retorno à uma marcha mais lenta, a evolução está na descida ao íntimo, no reencontro com as raízes perdidas, com a relação orgânica do homem com a natureza, numa atitude mística que enxerga o ser humano como parte e não como possuidor do meio ambiente.

Finalmente, a obsessão por palavras como “batalha”, “guerra”, “polêmica”, demonstra que, para o veículo, os interesses econômicos e ambientais são inconciliáveis. Essa redundância ao contar o desenrolar das discussões acerca do Código Ambiental, nos fez refletir acerca desse simbolismo bélico.

É uma guerra singular, no mínimo. Percebe-se ao fim dessa análise, que os dois lados nunca chegam ao confronto direto, simplesmente porque não duelam nos mesmos campos de batalha. A presença de um terceiro elemento, a presidente Dilma Rousseff ou a presidência da república, tem, portanto, um papel central, pois é intersecção entre esses dois mundos. E aqui atua como a juíza, a diplomata, a severa que puniria as irregularidades ou a amiga da natureza. Em suma, é a única ponte entre os anseios dos ambientalistas, mas quanto a estes é também a única esperança de suas reivindicações chegarem à esfera onde as “coisas acontecem”. Somente ela, ao ouvir seus brados, protestos e toda sorte de manifestações virtuais ou reais, poderia interceder por sua causa.

Foi, portanto e, sobretudo, uma batalha desigual. Diz-se que o termo “guerra” somente pode ser utilizado quando os dois combatentes se encontram em igualdade de condições para a batalha. Não foi neste caso. O que vimos aqui foi um massacre violento, um silenciamento ensurdecedor, um atentado à esperança daqueles que só podiam contar com a força feminina

da presidente e sua sensibilidade com a questão ambiental. Pois ela era a única chance de sobreviver desta causa que cada vez mais perde em nosso país. Semelhante falta de sensibilidade que também acometeu o jornal Zero Hora. Este veículo, distraído que estava a apreciar o espetáculo, não percebeu a imensa desigualdade entre os lados combatentes e de que não estava a cobrir uma guerra, mas que relatava uma chacina contra a natureza.

Os ruralistas, por sua vez, seguem a sua cruzada onde as coisas realmente acontecem: Câmara, Senado, Congresso. Jogos políticos, tráficos de influências e poder de barganha. Estarão sempre em vantagem quanto aos seus oponentes.

Estes, com a ousadia e valentia de Dom Quixotes e Sanchos Panças também seguirão. Alguns dirão: contra moinhos de ventos? Pode ser. Estão como a combater de olhos fechados, porque para sua luta não é preciso ver para acertar em pontos vitais. A palavra é a arma e, para atingirem a vitória, nunca será preciso contabilizar perdas, mas ganhos. Que a cada dia uma nova alma se disponha a ouvi-los e possa despertar para uma revolução silenciosa que acontece em cada cabeça com a mudança de consciência.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS



Percebemos, ao chegarmos ao fim dessa jornada, que a atitude imaginativa relacionada à estrutura heroica foi a que mais se destacou nesse período, o que ficou entendido através das inúmeras alusões a “confronto”, “polêmica”, “belicismo”, ao longo das narrativas. A polarização dos personagens envolvidos nas reportagens, geralmente entre ambientalistas e ruralistas também foi outra característica bastante presente, assim como a interessante polivalência no uso das palavras progresso e retrocesso, que foi atribuída aos dois lados da batalha, acima já denominados.

Podemos compreender de diversas maneiras a cobertura de Zero Hora e estas características, mas acreditamos que todas as carências partiram de um mesmo sintoma: a falta de pé no barro. Nossas rotinas produtivas estão cada vez mais burocráticas, sedentárias, assépticas. Seria somente a pressão famigerada do tempo que estaria a consumir nossos neurônios, acabando por ditar-nos a maneira mais eficiente de se colocar em palavras, ou imagens o que queremos contar? É possível mesmo que essa entidade seja a única culpada por podar nossa criatividade, nos ceifar do contato com a rua lá fora, do olho no olho com nossos entrevistados?

Passemos brevemente no primeiro capítulo pelas diversas teorias jornalísticas que já foram compartilhadas por nossa comunidade profissional, e, considerando esse histórico, acreditamos que seja a hora de superarmos mais um dogma de nossa profissão: a opção pela objetividade a qualquer custo. Percebemos que em nome deste valor, deixamos com que nossos relatos sejam cada vez mais contaminados pelos lugares-comuns. Nossas narrativas, descoloridas como paredes brancas esperando uma pintura que lhes dê vida, é o produto da comodidade de uma fórmula pronta a ser seguida – o lide e a pirâmide invertida, por exemplo – pelo medo de se deixar contaminar pela poética e, dessa forma, perder a credibilidade como

um meio confiável, preciso, verídico. Ou seja, o medo de colorir vem da apreensão de manchar essa reputação na qual o jornalismo se reconhece.

A contribuição dos Estudos do Imaginário é justamente em nos ajudar a aceitar esse tempero que a poética e a sensibilidade teriam a acrescentar a tantas coberturas jornalísticas insossas como a que acabamos de pesquisar. Desprezar o imaginário nos afasta ainda mais do público. É preciso tocá-lo, é preciso fazê-lo próximo a esse mundo que mediamos. Como já dissemos, a narrativa jornalística tem por função organizar o mundo, o caos. E, se o público não encontrar as respostas para seus questionamentos, um referencial para suas tomadas de decisões, se não se enxergar naquele mundo contado pela imprensa, buscará guarida em outros locais, como novelas, programas de auditório, entre outras formas de entretenimento. Por que abdicamos desse nosso papel? Assim como as narrativas míticas, também o texto jornalístico pode se aproximar do público para auxiliá-lo a compreender o local em que vive, mas para isso é preciso conhecer este mundo. O que não será possível recorrendo sempre aos mesmos temas, abordagens e fontes, muito menos sentado dentro das salas de redação.

No caso desta cobertura sobre o Código Florestal, o tempero ficou por conta exclusivamente de um acirramento dos ânimos entre os três lados da batalha – governo, ambientalistas, ruralistas. Ora, não devemos igualar nossa profissão a programas de auditório tão disseminados atualmente, onde a falta de qualidade, de conteúdo e a preguiça de encontrar conteúdos mais úteis e complexos é preenchida por sensacionalismo. A fórmula vem se perpetuando perigosamente, e já atingiu programas considerados jornalísticos, mas é fundamental que continuemos a questionar se esse tipo de conteúdo é mesmo o melhor que podemos entregar ao nosso público. Um tema tão abrangente e relevante como o Código Florestal só poderia render esse tipo de matéria? Certamente a cobertura de Zero Hora seria outra caso seus jornalistas tivessem bebido pelo menos uma vez, ao longo desse tempo, da fonte do cotidiano, do complexo, do singular. Teríamos uma cobertura mais humana, sensível e diversificada.

Portanto, entendemos o imaginário como um enriquecimento ao nosso relato, e não como uma forma que diminuiria nossa credibilidade. Pelo contrário, acreditamos que a postura positivista é que nos distancia, subestimando nossa emoção, restringindo nossa criatividade, nos afastando do mundo e do público. Acreditamos na força de um jornalista autor, que aceita e assume sua bagagem cultural e social, suas motivações simbólicas na quebra da assepsia da entidade jornalística, que vê o jornalista como um narrador descolado daquela realidade com a qual interage.

Acreditamos, ainda, no imaginário como uma alternativa à simplificação, polarização, redução do cotidiano. Por que a mídia aposta tanto na simplificação das questões? Na polarização entre bons e maus de determinada situação? Na redução de um tema complexo à uma simples perspectiva? A pobreza da dicotomia favor e contra, a fácil digestão das informações traduzidas em box, infográficos, tabelas e a busca pelas mesmas fontes são exemplos de como desprezamos a diversidade da vida e de como afastamos o homem comum de participar e se enxergar como parte desse espetáculo.

Deixemos a sensibilidade e a poética oxigenar nossas práticas. Abandonemos nosso distanciamento quase científico desse tal objeto mundo, e nos aproximemos dele. Observemos com mais atenção seus matizes, relevos, e deixemos que essa realidade plural tome conta de nossa narrativa. É preciso que os meios de comunicação abram seus corações e mentes para o colorido e as formas que vem das ruas. Sem máscaras, sem fórmulas prontas, sem intermediários como telefone ou internet. É imprescindível voltar a ver, ouvir e sentir essa realidade, sob o risco de ficarmos sozinhos a ouvir nosso próprio eco, enquanto o público já procura outros canais para interagir e entender essa realidade que o cerca. A comunicação exige a compreensão do receptor, então deixemos que nossa fala atinja e seja compreendida pelo nosso público, mas que principalmente faça sentido às suas inquietações, pois são as mesmas nossas. Somos todos sementes do mesmo chão: adultos, crianças, idosos, negros, brancos, pobres e ricos, e é melhor que lembremos disso para fazermos dessa jornada da vida a mais profícua e justa o possível. Por nós e pelos que virão depois.

REFERÊNCIAS

- BARBOZA, Mariana. Os Transgênicos na Imprensa: o caso da liberação da soja Roundup Ready. **Em Questão: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação**. Porto Alegre, v. 10, n. 2, jul./dez. 2004.
- BARROS, Ana Taís Martins Portanova. A saia de Marilyn: do arquétipo ao estereótipo nas imagens midiáticas. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. E-compós, Brasília, v. 12, n.1, jan./abr. 2009.
- _____. Comunicação e Imaginário – uma proposta metodológica. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. Intercom, São Paulo, v. 33, n. 2, jul./dez. 2010.
- _____. **Sob o nome de real: imaginários no jornalismo e no cotidiano**. Porto Alegre: Armazém Digital, 2008.
- BRUM, Eliane. **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2006.
- DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. **O imaginário**. Paris: Hatier, 1994.
- GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. O Jornalismo Ambiental nos Cursos de Jornalismo. **Tendências na Comunicação: 4**. Porto Alegre: L&PM, 2001.
- MEDINA, Cremilda. **Símbolos e Narrativas: rodízio 97 na cobertura jornalística**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1998.
- MORIN, Edgar.; KERN, Anne Brigitte. **Terra Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- MOSCOVICI, Serge. **Sociedade contra natureza**. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.
- PRIGOGINE, Ilya.; STENGERS, Isabelle. **A nova aliança: a metamorfose da ciência**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1984.
- RIBEIRO, Carlos et al. O desafio da delimitação de áreas de preservação permanente. **Revista Árvore**, Viçosa, 2005, vol.29, n.2, pp. 203-212. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-67622005000200004>.
- SILVA, Gabriela. **Jornalismo ambiental: análise documental das reportagens do jornal Zero Hora sobre o projeto de alteração na legislação brasileira**. Trabalho de conclusão de curso (Comunicação Social – Jornalismo). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2010.
- SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA - SBPC. ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIA - ABC. **O Código Florestal e a Ciência: contribuições para o diálogo**. São Paulo: SBPC, 2012.

SORDI, Jaqueline. **Os sentidos do verde nas páginas de Zero Hora**. Dissertação (mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2012.

SPAROVEK, Gerd et al. A revisão do Código Florestal brasileiro. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, 2011, n.89, pp. 111-135. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002011000100007>.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005.

TRIGUEIRO, André. **Espiritismo e ecologia**. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2009.

WUNENBURGER, Jean-Jacques. **O imaginário**. São Paulo: Loyola, 2007.

ANEXOS

NOVA ETAPA Câmara aprova Código Florestal

Com 274 votos, deputados deram aval a limite para recuperar vegetação em margens de rios

FABIANO COSTA

Após travar uma batalha com a bancada ruralista da Câmara para evitar anistia a desmatadores, o Planalto reverteu, em cima da hora, uma derrota total na votação do Código Florestal. Com uma manobra regimental, conseguiu impor um limite mínimo de recuperação à beira de rios, mas assistiu aos deputados alterarem outros 20 pontos do texto aprovado pelo Senado.

Depois de quatro meses de debates, o relatório do deputado Paulo Piau (PMDB-MG) foi aprovado com 274 votos a favor, 184 contra e duas abstenções. Ainda que a base governista tenha ido contra sua orientação de apoiar na íntegra o relatório apreciado pelos senadores, a presidente Dilma Rousseff garantiu o ponto nevrálgico do código. Dilma temia que

a anistia aos produtores que desmataram áreas de preservação ambientais às margens de rios desgastasse a imagem do país às vésperas da Rio+20.

A reviravolta governista foi construída sobre uma falha no texto do relator. Piau havia retirado do projeto o trecho aprovado pelas duas Casas que previa a recomposição da vegetação às margens de rios. Agarrada à brecha, a bancada do PT exigiu em plenário a reinserção do parágrafo, confirmada pelo presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), antes do início da votação.

Mesmo contemplados com a volta do parágrafo polêmico, líderes de PT, PV e PSOL criticaram a aprovação.

— Esse código aprovado pela Câmara é um retrocesso, o Brasil não merece isso — reclamou o líder do PT, Jilmar Tatto (SP), logo após a votação.

fabiano.costa@zerohora.com.br

LEIA MAIS NA PÁGINA 32 >



Áreas de recomposição foram reinseridas no relatório de Paulo Piau (na tribuna)

OLHAR DO CAMPO

Irineu Guarnier Filho

irineu.guarnier@canalrural.com.br



Eterna polêmica

Independente da lei ambiental que venha a ser sancionada pela presidente Dilma Rousseff, de antemão já se sabe que não será o marco legal sonhado pelos produtores rurais, tampouco pelos ambientalistas. O tema é complexo, polêmico, ambas as partes envolvidas na discussão têm suas razões, e a questão não se resolverá com a supressão desse ou daquele artigo polêmico. Mesmo sendo lei ordinária, que pode ser modificada mais

adiante, de acordo com a realidade de cada Estado, o novo Código Florestal não pode abarcar em seu artigos a diversidade ambiental brasileira.

O país tem biomas diferentes, situações que mudam de uma região para outra, e nenhuma legislação, por mais bem intencionada que seja, pode dar conta de todas essas demandas. Certamente muitos pontos da nova lei terão de ser revisados mais adiante, e quem

sabe, modificados. Mas é importante que se tenha um ponto de partida, uma base legal, sobre a qual se possa discutir. O que não se concebe é que ainda hoje tema tão importante para a vida dos brasileiros, do campo e da cidade, seja regulado por uma legislação velha de mais de 40 anos. Nem que, por falta de vontade política para enfrentar o tema no Congresso, a regulamentação ambiental venha a ser feita mais tarde pelo Judiciário.

BIG

EMENOR PREÇO

MEGA MARCAS, MEGA VARIEDADE E O MENOR PREÇO.

Preços válidos por uma semana: de 26/04 a 02/05/2012.

Notebook Samsung RV411AD2

- Processador Intel Core i3
- Gravador de CD e DVD
- Webcam integrada
- Wireless
- Windows 7

à vista **R\$ 1.198,00**

12x R\$ 99,83 (à vista)

TV LED 22" Full DTV

LED conversor DIGITAL integrado FUNÇÃO MONITOR

à vista **R\$ 548,00**

12x R\$ 45,66 (à vista)

20 LITROS

Micro-ondas Importado

a partir de Digital

à vista **R\$ 148,00**

4x R\$ 37,00 (à vista)

Em até

12x SEM JUROS

no

ou

8x SEM JUROS

nos cartões

As condições de 0+10x e 0+12x sem juros são exclusivas no cartão HiperCard, e a condição de 8x de à vista para os cartões Visa e MasterCard (parcela mínima das condições: R\$ 30,00).

TEXTO 3

Presidente irá vetar pontos polêmicos

Em conversas com aliados, a presidente Dilma Rousseff adiantou que vai vetar pontos polêmicos do texto aprovado ontem do Código Florestal e compensará trechos suprimidos pelos deputados em medidas provisórias.

— Espero que a presidente não veto o projeto aprovado pelo Congresso. Os defeitos têm de ser corrigidos aqui — defendeu o relator da proposta, deputado Paulo Piau (PMDB-MG).

Convencidos de que o saldo final do projeto foi favorável ao setor agropecuario, líderes ruralistas decidiram não questionar a exigência de limites de reflorestamento. A bancada pretende apresentar projeto de lei para regulamentar as faixas de floresta à beira de rios.

Para o deputado Luiz Carlos Heinze (PP-RS), mesmo com a derrota na questão das áreas de preservação permanente, os produtores avançaram em centenas de temas de interesse do setor, como a dispensa de áreas de preservação às margens de açudes e a consolidação das várzeas para plantação de arroz. Outros parlamentares, no entanto, enxergaram o retorno da exigência da recomposição nas margens de rios como cochilo do relator.

Uma longa discussão

O CAMINHO

- O texto do novo Código Florestal já havia sido aprovado anteriormente na Câmara dos Deputados. Encaminhado ao Senado, sofreu alterações. De volta à Câmara, houve mais mudanças, e o projeto foi aprovado ontem em plenário.
- Agora será enviado para a presidente Dilma Rousseff, que pode sancionar ou impor veto total ou parcial.

O RETORNO

- Excluído na primeira versão do texto do relator Paulo Piau, o artigo que trata sobre a necessidade de recomposição às margens de rios em áreas de preservação permanente foi reincorporado. Segundo o presidente da Câmara, Marco Maia, o trecho não poderia ser excluído porque já tinha sido aprovado por Senado e Câmara (na primeira votação em maio de 2011).

RECOMPOSIÇÃO DAS MARGENS

• Rios com até 10 metros de largura

Todas as propriedades rurais poderão manter as atividades consolidadas até 2008 em margens de rios, mas serão obrigadas a recompor faixas de vegetação de no mínimo 15 metros no caso de rios de até 10 metros de largura.



• Rios acima de 10 metros de largura

A definição de regras para rios com mais de 10 metros de largura ficou em aberto.



CUSTO DA SAÚDE

Médicos protestam contra as operadoras de planos

Foi um movimento simbólico, segundo os organizadores.

Entre as 11h e as 12h de ontem, médicos de operadoras de planos de saúde promoveram um ato que reuniu algumas dezenas de manifestantes.

De acordo com as entidades que promoveram o ato, no anfiteatro Hugo Gerdau, do Complexo Santa Casa de Misericórdia, na Capital — o Sindicato Médico (Simers), o Conselho Regional de Medicina (Cremers) e a Associação Médica (Amrigs) —, os ganhos das opera-

doras, que dizem ter crescido 200% entre 2003 e 2011, se opõem à ausência de repasses para os médicos. Conforme as entidades médicas, a meta é buscar reajuste anual e recomposição de valores em tratamentos com as entidades nacionais das operadoras. Atualmente, 16 mil dos 25 mil médicos em atuação no Estado atendem a usuários de planos.

A categoria defende a adoção da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) por todas as operadoras, reajuste anual e "respeito à autonomia do ato médico".

PANE EM SISTEMA Falha causa atraso em três voos da Gol

Uma pane no sistema de liberação de voos da empresa aérea Gol provocou ontem à tarde atrasos em três voos que partiriam do aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre. Segundo a assessoria de imprensa da superintendência da Infraero no terminal, o problema se restringiu a esses voos. Técnicos da empresa foram acionados para corrigir a falha.

PRIMEIRO TRIMESTRE Lucro da Vale recua para R\$ 6,72 bi

Chuvas em excesso que paralisaram minas, fraca demanda por causa da crise europeia e principalmente preço mais baixo do minério de ferro penalizaram a Vale nos três primeiros meses: seu lucro de R\$ 6,72 bilhões caiu 40,5% na comparação o mesmo período de 2011. Em relação ao quarto trimestre, o recuo foi de 19,6%.

Dia das Mães

O melhor presente depois do seu abraço!

CONJUNTO DE PANEAS 5 PEÇAS MÔNACO

À vista: ~~109,90~~ **34,90**

Total a prazo: 109,00

CONJUNTO DE PANEAS 5 PEÇAS VERSALHES

À vista: ~~179,90~~ **9,90**

Total a prazo: 108,30

CONJUNTO DE PANEAS 5 PEÇAS PARIS

À vista: ~~159,00~~ **14,90**

Total a prazo: 238,40

FAQUEIRO 24 PEÇAS IPANEMA

À vista: ~~23,00~~ **2,99**

Total a prazo: 23,90

CONJUNTO DE PANEAS 7 PEÇAS VERSALHES

À vista: ~~199,90~~ **14,90**

Total a prazo: 238,00

CONJUNTO DE PANEAS 6 PEÇAS INOX ALLEGRA

À vista: ~~209,00~~ **19,90**

Total a prazo: 318,00

CONJUNTO ASSADEIRA 3 PEÇAS STARFLON

À vista: ~~69,00~~ **5,70**

Total a prazo: 93,20

FAQUEIRO 91 PEÇAS INOX LAGUNA

À vista: ~~249,00~~ **24,90**

Total a prazo: 259,00

TRAMONTINA

Ofertas válidas de 26/04/2012 até 26/05/2012. Todas as condições a prazo são com entrada e demais prestações no cartão. A Benoit pratica preços diferenciados para os métodos à vista e a prazo, conforme especificações acima. Crédito sujeito a aprovação. As fotos dos produtos são meramente ilustrativas. Disponibilidade de 5 peças por produto por loja.

PORTO ALEGRE
Azenha, 1008 - (51) 3219-9486/3219-9194
Assis Brasil, 2522 - (51) 3337-1260/3374-8996

PUCRS E HSM EDUCAÇÃO

EXPERIÊNCIA DE APRENDIZADO GLOBAL E CONTEMPORÂNEA.



EDP EM FAMILY BUSINESS

O programa EDP em Family Business busca atender a demanda das empresas familiares e demais públicos interessados, contribuindo para a formação e desenvolvimento dos conceitos de melhores práticas de gestão, sucessão e governança em empresas familiares.

O EDP foi desenvolvido exclusivamente pela HSM Educação com a participação da maior autoridade em Family Business do mundo: o professor John Davis, que desenhou o conteúdo das disciplinas e as temáticas abordadas em sala.

"Essa iniciativa educacional da HSM representa uma das mais interessantes e inovadoras metodologias do mundo."

John Davis, professor que produz conteúdo de referência para a HSM Educação, consultor, principal especialista em Family Business no mundo.

Início em maio.
Aulas mensais, quintas-feiras à noite, sextas-feiras pela manhã e tarde e sábados pela manhã.

www.pucrs.br/hsmeducacao

hsmeducacao@pucrs.br
+55 51 3353 8222
Av. Ipiranga, 6681 – prédio 50 – 8º andar
CEP: 90619-900 – Porto Alegre – RS – Brasil




Economia

economia@zerohora.com.br (51) 3218-4756
 Editora: Marta Sfredo – marta.sfredo@zerohora.com.br
 Produtor: Jaime Silva – jaimesilva@zerohora.com.br

CÓDIGO FLORESTAL Ruralistas tentarão derrubar restrições

Sinal de que Dilma vetará anistia a desmatadores deve criar resistência

FABIANO COSTA*

Em meio à ressaca da derrota para a bancada ruralista na votação do Código Florestal, o Planalto sinalizou ao Congresso que os trechos que garantiriam anistia a desmatadores serão vetados pela presidente Dilma Rousseff.

Do outro lado da trincheira, os líderes do setor agropecuário já se mobilizam para tentar derrubar as eventuais restrições da Presidência.

A partir da chegada do texto no Planalto, Dilma tem 15 dias para oficializar os vetos. Em conversa com um cacique petista, a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, confidenciou que o revés na Câmara havia liberado a presidente a vetar os pontos considerados concessões demasiadas para os produtores rurais. Na visão do Planalto, se o relatório do Senado tivesse sido respaldado pelos deputados, Dilma teria ficado engessada para fazer alterações, pois havia apadrinhado a proposta.

A ministra advertiu que os trechos do texto do deputado Paulo Piau (PMDB-MG) que representem anistia a quem desmatou irregularmente e os artigos que prejudicam os pequenos agricultores estariam na mira de Dilma. Questionada se o novo código poderia causar constrangimentos na conferência ambiental Rio+20, Ideli

confirmou a preocupação do governo com a repercussão internacional.

– Temos a convicção de que o texto que saiu do Senado daria uma tranquilidade maior – desabafou.

Pela manhã, o ministro da Secretaria-Geral, Gilberto Carvalho, também indicou a irritação do governo:

– Está absolutamente claro que não é aquilo que o governo esperava. A presidente vai analisar com sangue frio e tranquilidade essa questão.

Para Farsul, lei é marco, para ambientalista, retrocesso

Exponentes da bancada ruralista, escudados pelo líder do PMDB na Câmara, Henrique Eduardo Alves (RN), já falam em mobilização para derrubar o provável veto.

– Espero que a presidente não queira dar satisfação para o mundo e para a opinião pública nacional – disparou Piau.

O presidente da Federação da Agricultura do Estado (Farsul), Carlos Sperotto, avalia que o código representa um marco para a agricultura. Os ambientalistas, porém, estão insatisfeitos. Para Francisco Milanez, presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, o país entra na contramão da história:

– Uma lei que deveria proteger o agricultor permitirá mais devastação.

fabiano.costa@guoports.com.br

*Colaborou Lara Ely

OLHAR DO CAMPO

Irineu Guarnier Filho irineu.guarnier@canalrural.com.br



Sangue frio

Governos com folga da maioria no Parlamento, sem o bufo na nuca de uma oposição aguerrida, não costumam aceitar pacificamente derrotas, mesmo que eventuais, em votações importantes. Por isso, a presidente Dilma Rousseff vai precisar de muito "sangue frio", como disse o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, para analisar com serenidade a derrota que a Câmara lhe impôs na votação do Código Florestal, antes de decidir se veto ou não o texto da nova lei ambiental.

O veto puro e simples significará desgaste para o governo junto à

bancada ruralista, porta-voz do setor que mais gera receita externa para o país e que ajuda a conter internamente a inflação com abundante oferta de alimentos baratos.

Sancionar o texto como saiu da Câmara, repudiado pelos ambientalistas, também pode indispor Dilma com esse segmento, às vésperas da Rio+20. Nesse cenário complicado, a apresentação de um novo projeto, mais ao gosto do governo, poderia ser uma saída honrosa. Mas faria o debate sobre a legislação ambiental retroceder pelo menos dois anos.

Para o seu filho ler Um código difícil



✓ A natureza é muito importante. Por isso, o governo criou há algum tempo regras para que o homem utilize os espaços próximos de florestas, rios e montanhas de maneira correta.

✓ Como os anos foram passando, essas regras, reunidas no chamado Código Florestal, ficaram velhas. Por isso, precisaram ser renovadas. Os deputados e os senadores tiveram de conversar bastante para saber o que mudar.

✓ Houve muita discussão porque os defensores da natureza acham que o ambiente precisa ser mais preservado do que é.

✓ Por outro lado, as pessoas que trabalham no campo e usam a terra ao longo dos anos têm medo da multa que podem ter de pagar.

✓ Na quarta-feira, depois de muito debate, foi decidido como será a nova lei.

✓ Agora, a presidente Dilma Rousseff vai olhar o texto novo e dizer se concorda com as mudanças.

✓ Se isso ocorrer, as novas regras passam a valer e terão de ser respeitadas.

✓ Mas ela também pode não gostar e não confirmar que haverá mudanças. E aí, a discussão recomeça.



CÓDIGO FLORESTAL

Movimentos e artistas pressionam presidente por mudanças no texto

Campanha pelo veto cresce dentro e fora da internet e governo analisa melhor fórmula para o texto

Brasília
MÁIRA GATTO

Pressionada por entidades ambientais, artistas e parlamentares, a presidente Dilma Rousseff estuda uma fórmula para vetar o texto do Código Florestal preservando uma garantia de proteção legal aos produtores rurais.

O prazo final para a decisão é o dia 28 de maio.

— O problema é o dia seguinte à sanção. Não posso levar a uma situação em que a lei não seja aplicável — salienta a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, que discute o alcance do veto com Dilma.

Derrotado na votação da Câmara, o Planalto deseja recuperar o texto aprovado no Senado no final de 2011. Para tanto, seria necessário vetar as 21 alterações feitas pela Câmara, equacionando as resistências dos ruralistas para evitar uma

derrubada do veto no Congresso. Responsável pela articulação política com os parlamentares, a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, garantiu que haverá modificações, mas evita se comprometer.

— A tendência é de que haja vetos. Agora, em que artigos, qual é o alcance, obviamente, isso é uma decisão soberana da presidente — despiستou.

Ligado a pequenos produtores, o deputado Elvino Bohn Gass (PT-RS), diz confiar no veto. A principal mudança seria a recomposição na beira de rios de até 10 metros de largura, prevista em 15 metros a todos os produtores. Ontem, Bohn Gass protocolou projeto com graduação para recomposição de mata ciliar para até quatro módulos fiscais.

Luis Carlos Heinze (PP-RS), da bancada ruralista, faz campanha contra o veto. Caso ocorra, aposta em projeto de lei nos Estados que definam faixas mínimas de recomposição.

maira.gatto@grupopbs.com.br



Manifestantes reforçaram o coro em frente ao Palácio do Planalto

Apelo virtual e pessoal

Nas redes sociais, cresce a adesão ao movimento Veta Dilma. Os usuários pedem que a presidente cumpra a promessa feita ainda na campanha de 2010, quando assegurou que não permitiria anistia a desmatadores. Na noite da terça-feira, o Greenpeace

projetou o slogan Veta Dilma na fachada do Congresso.

Ná semana passada, a atriz Camilla Pitanga quebrou o protocolo durante cerimônia no Rio de Janeiro e pediu a Dilma, presente à solenidade, que vetasse o código.

OLHAR DO CAMPO
Irineu Guarneri Filho
irineu.guarneri@canatural.com.br

Confusão

Confusa a campanha Veta Dilma na web. Afinal, os manifestantes desejam que Dilma veto parte do Código Florestal aprovado pelo Congresso ou que "vetar" a presidente? Afóra a ausência da vírgula após o verbo, a qual tornaria mais claro o apelo em certas mensagens, tenho dúvidas sobre se toda essa gente que faz barulho nas redes sociais acredita realmente que seja uma boa solução Dilma vetar as 21 alterações feitas pela Câmara para recompor o texto do Senado. Ora, se isso acontecer, o veto corre o risco de ser derrubado pelo Congresso. Imaginem a confusão. Quanto dinheiro público foi gasto em mais de dois anos de negociações? Nenhuma outra lei foi tão discutida na história recente do país.

O projeto que está com Dilma foi o mais próximo de um texto consensual que se conseguiu produzir. Mas talvez a estratégia dos que combatem o código seja exatamente essa: embaralhar a discussão para ganhar tempo. Mas, por que mesmo ganhar tempo?

>> PROVOQUE ESSE TIPO DE REAÇÃO NA SUA MÃE COM UM PRESENTE DA SAMSUNG

<p>Chot 322</p> <ul style="list-style-type: none"> • COREIA • CÂMERA 1.3 • TELA QUARTZ • INTERNET E E-MAIL • MÚLTIPLOS APLICATIVOS <p>0+ 12x de R\$ 29,90 ou à vista por R\$ 279,00 Total a prazo: R\$ 358,80</p>	<p>Galaxy Ace</p> <ul style="list-style-type: none"> • SMARTPHONE ANDRÓIDO • PROCESSADOR DUAL CORE • CÂMERA DE 5.0 MP COM FLASH • TELA HD DE 3.5" DE 320X480 <p>0+ 15x de R\$ 69,90 ou à vista por R\$ 749,00 Total a prazo: R\$ 1.048,50</p>
<p>Galaxy Note</p> <ul style="list-style-type: none"> • TELA GRANDE PARA ESCREVA NA TELA • PROCESSADOR DE 1.4 GHz • TELA DE 5.3" SUPER HD DE 1280x800 • CÂMERA DE 6.0 MP COM FLASH LED E 2.0 MP FRONTAL PARA VIDEOCHAMADA <p>0+ 23x de R\$ 139,90 ou à vista por R\$ 1.999,00 Total a prazo: R\$ 3.211,70</p>	<p>Galaxy Tab 10.1</p> <ul style="list-style-type: none"> • TABLET ANDRÓIDO • INTERNET • PROCESSADOR DUAL CORE 1.4GHz • INTERNET MÓVEL • 16 GB DE MEMÓRIA INTERNA <p>0+ 20x de R\$ 139,90 ou à vista por R\$ 1.849,00 Total a prazo: R\$ 2.798,00</p>

CELULAR SAMSUNG É NAS LOJAS COLOMBO

Ofertas válidas somente nas lojas da Rede Grande do Sul, de 10 a 31/05/2012 no esquema Avulso e Estoque. O fôto e condições sujeitos à aprovação Financeira da Colombo S.A. Condições de pagamento no crédito de 12, 18, 24, 36 e 48 parcelas, com juros de 3,99% a.m. e 5,97% a.a., mais CAC de R\$ 5,00 + 20% adicional para os produtos eletrônicos. Restam condições de disponibilidade de 15 peças por produto. Evite o erro neste impresso não prestando direito de retificação. Fotos meramente ilustrativas.

RECEPÇÃO HOSTIL

Ambientalistas protestam contra o Código Florestal

Relator da proposta participou ontem de reunião na Assembleia Legislativa

FLÁVIA MORAES

Especial

O relatório Piau

No mesmo dia em que o deputado federal Paulo Piau (PMDB-MG) veio a Porto Alegre explicar o conteúdo do Código Florestal, representantes de organizações não governamentais pediram o veto total da presidente Dilma Rousseff ao projeto.

Com cartazes e panfletos, os ambientalistas participaram da reunião da Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo, na Assembleia Legislativa do Estado, na tarde de ontem.

— Não há uma linha no texto que estimule a derrubada de uma só árvore — afirmou Piau, relator do texto do Código Florestal aprovado na Câmara de Deputados.

Sobre um eventual de Dilma, total ou parcial, que deve ser decidido até sexta-feira, Piau prevê que não haverá influência da campanha Veta,

— Dos 35 pontos de 21 artigos do texto do Senado retirados pelo relator do Código Florestal, o mais polêmico é a retirada das definições de faixas de Áreas de Preservação Permanente (APP) de rios. Os textos da Câmara e do Senado estipulam que, em rios com até 10 metros de largura, os produtores rurais deveriam recompor 15 metros de vegetação nativa. Piau acredita que as delimitações deverão ser previstas pelos governos estaduais, por medida provisória ou projeto de lei.

Dilma, que se popularizou nas redes sociais e chegou às ruas.

— Pode ser que Dilma vote parcialmente o texto, para ganhar alguns aplausos no Rio + 20 e dos ambientalistas, mas acredito que a presidente vai pensar primeiro no Brasil — disse.

Os manifestantes, no entanto, não concordam com as justificativas do deputado federal mineiro, já que intertrem o projeto de lei como ruralista.

— As proposições com relação à flexibilização das áreas de preservação permanentes e a anistia aos desmatadores só beneficiam o grande produtor de monoculturas, como a soja, não a agricultura familiar — criticou Júlio Wandam, coordenador da organização não governamental Os Verdes RS.

O deputado estadual Ernani Polo (PP), presidente da comissão e responsável pela vinda de Piau, preferiu não se posicionar sobre o grau de apoio ao texto aprovado. Mas concorda com a proposta de que as áreas mínimas de preservação ambiental sejam delimitadas pelos Estados e não pela União, já que região tem uma realidade diferente.

A noite, foi a vez de manifestantes de partidos políticos (PT, PV e PPL) promoverem o ato Veta, Dilma no Teatro Danie Barone da Assembleia.

flavia.santos@zerohora.com.br

OLHAR DO CAMPO

Irineu Guarnier Filho

irineu.guarnier@canalrural.com.br



Alea jacta est

Mais uma semana decisiva para o Código Florestal. Até sexta, a presidente Dilma Rousseff pode vetar o texto do novo código na íntegra (pouco provável), um ou mais artigos (bem provável), ou sancioná-lo tal como saiu da Câmara de Deputados (improvável). Ao mesmo tempo em que PT, PV, PPL e movimentos sociais promovem o Veta, Dilma, por considerarem a nova lei prejudicial ao ambiente, circula pela internet a campanha de outro grupo, o Não Veta Dilma (sic). Os argumentos dos

que defendem a nova lei enfatizam que a agropecuária brasileira produz uma das melhores e mais baratas comidas do mundo. Que, graças a isso, o brasileiro deixou de comprometer 40% do seu salário com comida para gastar apenas 16%. E que vetar o Código Florestal é vetar a qualidade de vida que a população conquistou nas últimas décadas, mesmo preservando 61% das matas nativas do país.

A sorte (ou os dados) está lançada — ou, como diriam os romanos, alea jacta est.



INFORME RURAL

Leilão de milho

Produtores de aves, suínos e bovinos, suas cooperativas e a indústria de ração serão beneficiados com a venda de estoques públicos de milho, com concessão da subvenção econômica, por meio de leilões de Valor de Escoamento de Produto (VEP). A Portaria Interministerial nº 461 foi publicada ontem no Diário Oficial da União.

Crédito em alta

As contratações registradas por meio do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), entre julho de 2011 e abril de 2012, totalizaram R\$ 4,6 bilhões para custeio e comercialização. Em comparação ao mesmo período da safra 2010/11, o aumento foi de 49,4%, de acordo com o Ministério da Agricultura.

IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA. A LOJA É MUITO MAIS INCRÍVEL QUE ISSO. CHEGOU A PORTO ALEGRE A 1ª LOJA LG DO BRASIL.

Venha experimentar as maiores inovações em celular, televisão, ar-condicionado, home theater, linha branca e muito mais. E você ainda participa de eventos surpreendentes e tem serviços exclusivos.

Passo no Bourbon Shopping Wallig e conheça.

www.lojalge.com.br
www.lge.com.br

LG Life's Good

Reportagem Especial

GUERRA FLORESTAL

Onda verde ganha rostos de artistas



Protestos que se organizam nas redes sociais tiveram momento concreto ontem, com manifestação na frente do Congresso

Quem pede o veto



Cantores como Adriana Calcanhotto, Lenine e Otto participam da campanha



Artista internacional, Rodrigo Santoro gravou vídeo a favor do veto de Dilma



Em imagens para a campanha, a atriz Fernanda Torres pede o veto e mais florestas

Na expectativa de que a presidente Dilma veto nesta semana o novo Código Florestal, grupo de artistas orientados pelo Comitê Brasil em Defesa das Florestas faz campanha para derrubar o texto

PAULO GERMANO*

Ontem quem aderiu foi Chico Bento, um menino caipira de seis anos desenhado a lápis. Juntou-se a um batalhão de celebridades que propagam na TV, na internet ou em qualquer ensejo o movimento Veta, Dilma — um fenômeno de popularidade criado para pressionar a presidente. A previsão é de que ainda esta semana Dilma Rousseff tome sua decisão: vetar ou manter o novo Código Florestal aprovado no Congresso.

Uma terceira hipótese é a presidente vetar parcialmente o texto, o que também é repudiado pelo Veta, Dilma. Por trás de atores consagrados como Camila Pitanga — esta, a maior estrela do movimento —, Wagner Moura, Christiane Torloni, Regina Casé e Fernanda Torres, há um organizado grupo de ambientalistas que os orientam.

O Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável, que reúne mais de 200 entidades, confecciona até os cartazes para os famosos posarem nas fotos. Foram integrantes do comitê que inventaram o bordão #veta-



Camila

tudodilma, sucesso no Twitter, e frases de efeito reproduzidas por atores e cantores.

— Temos comissões em 17 Estados. Nossos cartazes eram enviados às comissões e distribuídos a uma série de pessoas. Procuramos artistas com tradição de se expressar politicamente — conta Bazileu Margarido, um dos coordenadores do Instituto Democracia e Sustentabilidade, responsável pelo site Floresta Faz a Diferença.

Esse site, uma espécie de central do Veta, Dilma, exibe um festival de fotografias de artistas. Não chega a ser novidade famosos erguerem bandeiras sociais ou políticas: em momentos históricos como a campanha Diretas Já ou o impeachment de Fernando Collor, eles ajudaram na visibilidade de questões cruciais para o país.

Em outros casos, no entanto, tiveram seus escorregões. No ano passado, ao condenar a construção da hidrelétrica de Belo Monte, repetiram informações imprecisas, o que acabou em constrangimento.

— As celebridades fortalecem a divulgação de causas importantes, fortalecem o debate público. Mas não necessariamente asseguram credibilidade à causa — diz o doutor em Comunicação Ricardo Fabrino Mendonça, cientista político da Universidade Federal de Minas Gerais.

No caso do Código Florestal, não surgiram manifestações de famosos discrepantes. Mas a recomendação de especialistas é que as conclusões pessoais sejam firmadas a partir de informações e dados concretos.

— Qualquer campanha só funciona, com ou sem gente famosa, quando é baseada na verdade — diz o marqueteiro Chico Santa Rita, responsável pela vitoriosa campanha do “Não” no referendo do desarmamento, de 2005, que bateu de frente com dezenas de atores e cantores que pregavam o “Sim”.

paulo.germano@zerohora.com.br

*Colaborou Fílvya Moraes

ZEROHORA.COM

> Teste seus conhecimentos sobre o Código Florestal em www.zerohora.com



O protesto dos famosos

✓ Você está acostumado a vê-los na TV, em suas atividades artísticas.

✓ São atores, cantores e escritores que têm destaque por conta do sucesso de seu trabalho.

✓ Alguns acreditam que os artistas, além de apresentar suas obras, têm um papel mais amplo na sociedade.

✓ Eles também podem influir em questões polêmicas.

✓ Alguns artistas estão pedindo à presidente Dilma que diga não a uma lei que pode colocar em risco o verde.



ENTREVISTA

Maurício de Sousa Criador da Turma da Mônica

"Com o Chico Bento, sou mais uma voz que chega a Brasília"



Maurício de Sousa tem uma farta equipe de desenhistas para produzir suas histórias em quadrinhos. Mas o apelo de Chico Bento à presidente Dilma Rousseff, divulgado ontem, Maurício fez questão de desenhar de próprio punho. Aos 76 anos, o criador da Turma da Mônica atendeu ZH por telefone:



ZH – Por que o senhor aderiu à campanha Veta, Dilma?

Maurício de Sousa – Desde que criei o Chico Bento, 50 anos atrás, participo de um movimento permanente a favor de qualquer coisa que defenda a natureza, as florestas, os mangues, a água. No caso do Código Florestal, houve um avanço de ameaças. Não são apenas as florestas, as praias ou os mangues que serão prejudicados. Tudo isso está ameaçado por uma legislação cheia de remendos. Com o Chico Bento, sou mais uma voz que chega a Brasília.

ZH – Quais são os principais problemas do texto aprovado na Câmara?

Maurício – Um deles é terrível: é a liberação da atividade agrícola em áreas próximas aos rios. As praias são importantes para a reprodução das espécies marinhas. Nossas matas ciliares e nossos manguezais jamais poderiam ser ameaçados. Temos que deixar a natureza como veio nesses locais, até para o bem dos seres humanos.

ZH – O projeto proíbe a agricultura

em uma distância de até 15 metros à margem de rios com até 10 metros de largura. Para rios mais largos, segundo o texto, os Estados devem criar suas próprias legislações.

Maurício – Quinze metros é muito pouco. Sempre entendi que, à margem dos rios, deveria haver grandes superfícies arborizadas naturalmente. Muitas árvores teremos de replantar. Mas sempre achei que, para um rio, uma pequena moldura de vegetação é insuficiente. O Brasil tem terra para tudo o que as pessoas precisam. Não é necessário invadir essas áreas sagradas.

ZH – Os deputados retiraram o trecho que previa nas cidades uma área verde de 20 metros quadrados por habitante nas novas expansões urbanas. Isso compromete o novo código?

Maurício – Lógico que sim, isso é um absurdo. Precisamos aumentar as áreas verdes, tão necessárias ao ser humano. Precisamos manter essa proteção, senão teremos desertos no futuro, além de fome e saudade da natureza. Não teremos o que mostrar aos nossos netos.

REPERCUSSÕES



EDUARDO CONDORELLI
Assessor da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul)

Apoio o texto atual porque reconhece o passado de ocupação agrícola no país, dando tratamento diferenciado para as áreas consolidadas até 2008.



RODRIGO LIMA
Gerente do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais

O veto parcial é necessário para legislar sobre as delimitações de recuperação de áreas de preservação permanente em margens de rios acima de 10 metros.

Os motivos da controvérsia

O QUE É O CÓDIGO FLORESTAL

É um guia de gestão dos recursos naturais do Brasil. Inclui o estabelecimento de regras sobre o manejo de áreas de vegetação nativa, principalmente relacionadas às atividades agropastoris nas zonas rurais.

Pontos controversos do texto aprovado pela Câmara

PRESERVAÇÃO PERMANENTE

O que é: áreas de preservação permanente (APPs) são todas as de vegetação natural às margens dos rios, também chamadas de mata ciliar, as áreas do entorno de nascentes e olhos d'água, encostas com declividade superior a 45 graus, restingas, manguezais e topos de morros com altura mínima de 100 metros.

Pontos polêmicos

Áreas urbanas: não está estipulada a área mínima de preservação nas margens de cursos d'água, cabendo aos municípios estabelecer suas regras. No entanto, apenas 27% dos municípios têm plano diretor, o que deixaria a maioria sem parâmetros para legislar.

Áreas rurais: foi determinada a obrigatoriedade de recuperação da mata ciliar em 15 metros nas margens de rios com até 10 metros de largura. Para quem manteve as APPs, valem os tamanhos já estabelecidos na atual lei. Nos rios com mais de 10 metros de largura, como o Rio Jacuí, por exemplo, não foi estipulada área mínima para recuperação, deixando em aberto para os Estados legislarem.

CADASTRO RURAL

O que é: sistema de cadastramento das propriedades rurais.

Pontos polêmicos

Supressão de vegetação: a autorização à supressão da vegetação nativa para uso do solo fica dependente do cadastramento. Contudo, esse sistema ainda não foi implantado, o que manteria o aumento de área para as atividades produtivas em paralisação até a regulamentação pelo governo federal. Isso pode representar um prejuízo agrícola ao Brasil.

RESERVA LEGAL

O que é: área mínima de manutenção de vegetação nativa em propriedades rurais.

Pontos polêmicos

Contagem da área: todos os produtores podem computar as APPs como áreas de reserva legal dentro de suas propriedades, a fim de alcançar o percentual mínimo de cada bioma (20% no Estado). Anteriormente, só os pequenos agricultores com APPs ocupando mais de 25% de suas terras poderiam somá-las para chegar aos valores mínimos de reserva legal.

Biomas: a recuperação de áreas para a contagem de reserva legal na propriedade não precisa ser feita no local, apenas no mesmo bioma. Isso significa que o produtor pode optar pela recuperação da vegetação em outros Estados, desde que seja considerada como área prioritária para a preservação.

ANISTIA AOS DESMATADORES

O que é: punição financeira aplicada a quem não cumpriu as normas mínimas de preservação ambiental estipuladas no Código Florestal.

Pontos polêmicos

Anistia: multas e penas a crimes ambientais aplicadas até 22 de julho de 2008 ficam suspensas e são substituídas por serviços ambientais, por meio da recuperação de áreas verdes. A contradição está no fato de o novo texto garantir que serão mantidas as atividades produtivas em áreas consolidadas até 2008, o que exclui a obrigatoriedade de recuperação da vegetação (exceto em margens de rios de até 10 metros de largura, em áreas de risco de agravamento de processos erosivos e de inundações).

Fonte: Alexandre Scheffer, assessor da política agrícola e ambiental de Foz de Iguaçu, e Gustavo Trindade, advogado e professor de Direito Ambiental da UFPA.

Bandeira comum

Nos últimos anos, a entrada da classe artística em protestos tem sido recorrente



Em 2011, a construção da usina de Belo Monte revelou que nem sempre os artistas dominam as causas que defendem. Estudantes questionaram informações divulgadas em vídeo por atores como Juliana Paes.



Entre os artistas contra a transposição do Rio São Francisco estava Leticia Sabatella. Além dos impactos ambientais, os protestos apontavam benefícios ao agronegócio em detrimento da agricultura familiar.



O ativismo de Gisele Bündchen em prol de causas ambientais foi reconhecido por internautas. Ela venceu um prêmio internacional de celebridades verdes. Ela também tem um blog com "pegada" ecológica.



A nova causa que tem mobilizado artistas é a realização da Conferência das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em junho. O escritor Paulo Coelho apareceu em vídeo falando do tema.

IDC
50 ANOS DE TRADIÇÃO

Preparatórios para concursos

Presencial e EAD ao vivo!

- Exame de Ordem Externo início 04/06
- Delegado de Polícia Federal início 04/06
- Analista Técnico do TJ/RS inscrições abertas
- Analista da Defensoria Pública início 26/05
- Português início 16/05
- Auditor Fiscal da Receita início 18/07

Cursos de extensão em Direito

- Rescisão trabalhista início 04/06 aulas manhã e tarde
- Exercícios – Teoria e Prática início 04/06
- Marketing Jurídico 21 e 28/06
- Responsabilidade Civil para médicos início 23/06
- Audiência Única no Processo do Trabalho início 30/06
- Marketing para médicos início 30/06

Cursos de extensão em Filosofia

- A Questão Fotográfica início 04/06
- Música e Simbolismo na Pintura do Renascimento início 04/06

Meio século dedicado à excelência das carreiras jurídicas

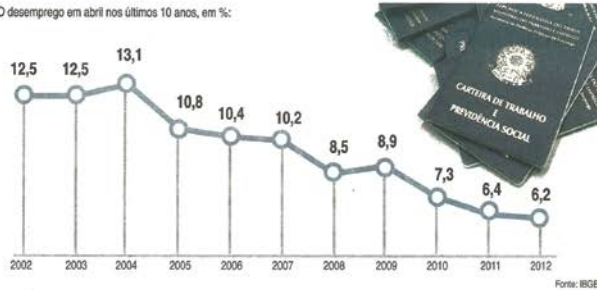
IDC

51 3028.4888
www.idc.edu.br

50 ANOS

A menor taxa no mês de abril

O desemprego em abril nos últimos 10 anos, em %:



EM QUEDA Desemprego cede sem novas vagas

Cerca de 38 mil pessoas deixaram de procurar emprego em abril no país

Menor para o mês de abril desde 2002, o desemprego atingiu 6% na Pesquisa Mensal de Emprego (PME), mas ainda não indica aumento de vagas.

Na região metropolitana de Porto Alegre, outra vez o índice de 4,7% foi o menor entre as seis capitais pesquisadas.

Apesar de ter diminuído em relação a março, quando havia fechado em 6,2%, o resultado de abril ainda não significa que o mer-

cado de trabalho voltou a contratar, afirmou Cimar Azeredo, gerente da Coordenação de Trabalho e Rendimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O mercado está parado, significa que deixou de dispensar trabalhadores - explicou Azeredo.

Ainda de acordo com o gerente do IBGE, o crescimento de 63 mil pessoas na população ocupada, aumento de 0,3% ante março, não é significativo em razão da margem de erro da amostra.

Houve uma tendência de mostrar que a desocupação está começando a ceder, então a ocupação está começando a subir. Não podemos dizer que o mercado começou a contratar - acrescentou.

A população desocupada caiu 2,5% em abril ante março. Cerca de 38 mil pessoas deixaram de procurar trabalho. A boa notícia é que a ocupação subiu acima do crescimento da população. Enquanto a ocupação avançou 0,3% em abril, a população com 10 anos ou mais aumentou 0,1%.

ACERTANDO O PASSO

Indústrias calçadistas esperam voltar a contratar

Enviado Especial/São Paulo
ALISSON COELHO

As 12,5 mil vagas perdidas pelo setor calçadista no país em 2011, cerca de 4,2 mil no Rio Grande do Sul, poderão ser recuperadas até o fim do ano. Para reverter a perda, as indústrias contam com quatro fatores.

Dólar valorizado, efeito das restrições à entrada de calçado asiático, segundo semestre aquecido e tendência de alívio na retenção da entrada de calçados na Argentina são os trunfos do setor. A Argentina é maior comprador do calçado brasileiro em volume. Recebe 12,2% das exportações. Atualmente, 2,2 milhões de pares de calçados brasileiros que deveriam estar nas lojas argentinas estão retidos à espera de licenças.

- Na semana passada tivemos

um encontro em Brasília e o governo prometeu que irá tomar atitudes que façam com que a Argentina reveja essa posição - ressaltou Heitor Klein, diretor executivo da Abicalçados.

Lançado ontem, o Relatório Setorial da Indústria de Calçados do Brasil aponta que o setor espera aumentar 3,5% a produção, ante queda de 8,4% em 2011 na comparação com o ano anterior. O estudo ainda mostra que as exportações caíram 21%, e a importação aumentou 19%. Apesar das expectativas positivas, 2012 começou preocupante. Os quatro primeiros meses, na comparação com o ano passado, mostram que a indústria calçadista enfrenta problemas.

alisson.coelho@zerohora.com.br

O repórter viajou para São Paulo a convite da Abicalçados

CAMPO & LAVOURA

campo@zerohora.com.br (51) 3218-4709

CÓDIGO FLORESTAL

Dilma deve anunciar veto a anistia a desmatadores

Ficou para o último dia o anúncio oficial da presidente Dilma Rousseff sobre o Código Florestal.

Na manhã de hoje, Dilma se reúne com líderes do governo no Congresso para comunicar os artigos vetados e a melhor forma de evitar um vazio legal com os cortes no texto.

Ambiente Marina Silva e o cineasta Fernando Meirelles.

Na tentativa de chegar a um acordo, Dilma passou toda a tarde e o início da noite em reunião com ministros. Caberá a esses auxiliares, entre os quais os gaúchos Pepe Vargas e Mendes Ribeiro, comunicar oficialmente hoje a decisão.

Uma mudança importante deve ser feita no polêmico artigo 62, que trata da recomposição de florestas em margens de rios, que na versão da Câmara caracterizaria anistia a desmatadores, na avaliação do governo. A formulação do Senado deve voltar ao texto. Assim, os proprietários serão obrigados a recompor faixas de mata ciliar de tamanhos variados, conforme a largura do rio.

Apesar de ter antecipado ontem que o veto será parcial, o vice-presidente da República, Michel Temer, não informou quantos artigos serão barrados por Dilma. Uma petição com cerca de 2 milhões de assinaturas foi entregue pedindo o veto ao texto. Entre os que assinaram estão a ex-ministra do Meio



Protestos pedindo o veto de Dilma não dão tréguas em Brasília

OLHAR DO CAMPO

Irineu Guarnier Filho irineu.guarnier@canalrural.com.br



Carros e lavouras

Independente do desfecho que venha a ter a longuíssima negociação do novo Código Florestal - o mais provável é que a presidente Dilma Rousseff veto parcialmente o texto aprovado pela Câmara - ninguém poderá dizer que a nova legislação foi empurrada goela abaixo da população.

Nunca na história recente do Brasil uma lei foi tão discutida, negociada, modificada, retificada, antes de chegar ao gabinete da Presidência da República.

O advogado especializado em questões agrárias Ricardo Alfonsin lembrou muito bem que nenhum ambientalista se insurgiu contra o recente pacote governamental que reduziu o IPI e os juros bancários para compra de automóveis.

Cerca de 800 carros novos continuam entrando em circulação por dia em São Paulo e uma outra centena em Porto Alegre. No entanto, quem questiona o custo ambiental dessa decisão? Ou será que carros potuem menos do que lavouras?

INFORME RURAL

Vacinação contra a aftosa é prorrogada

A vacinação contra a febre aftosa foi prorrogada pelo Ministério da Agricultura até o dia 8 de junho, atendendo a uma solicitação da Secretaria da Agricultura do Estado. O motivo alegado é o atraso na entrega de vacinas para distribuição aos pecuaristas familiares. Segundo o dire-

tor do Departamento de Defesa Agropecuária, Erakdo Marques, a empresa vencedora da licitação não cumpriu normas do edital. Com isso, foi preciso chamar a segunda colocada, o que atrasou o processo. A meta é vacinar cerca de 14 milhões do rebanho bovino e de búfalos do Estado.

Reportagem Especial



MARCIO ASTRINI, de campanha Amazônia da Greenpeace

“A decisão de não exercer o veto total é sinal de que a presidente acedeu ao tratorado ruralista. Dilma falhou com o povo brasileiro. O governo fez hoje um anúncio suado. E esse nada apresentado é o retrato do governo, que durante dois anos não deu as caras enquanto o Código Florestal era retalhado pelo Congresso.



MARIA CECÍLIA WEY DE BRITO, secretária-geral do WWF Brasil

“A sociedade brasileira e mundial assistem a um país que segue jogando com o futuro de suas florestas. O projeto aprovado no Congresso é fruto de um processo legislativo tortuoso, feito para atender apenas a uma parcela da sociedade que quer ampliar as possibilidades de desmatamento e assistir quem desmata ilegalmente.



CARLOS SPEROTTO, presidente da Farsul

“Hoje existem duas leis, uma para pequenos produtores com até quatro módulos fiscais, e outra para os demais. Distanciamos que não existirá mais esta prática de governo embasada na máxima de que dividir é melhor para administrar. Para a Farsul, produtor rural não tem tamanho.

DILMA VETOU Uma dúzia de

Texto do Código Florestal teve 12 vetos e mudanças em 32 pontos, que serão alterados por medida provisória editada na próxima segunda-feira

CAIO CIGANA e FLÁVIA MORAES

Cercada de suspense há semanas, a decisão da presidente Dilma Rousseff sobre o Código Florestal foi anunciada ontem ainda com certo mistério. O governo vetou 12 pontos do novo código, mas não detalhou todas as mudanças. O resultado da tentativa de equilibrar a decisão entre a recuperação ambiental e a garantia à atividade econômica foi a reprovação de grandes proprietários de terra e de ambientalistas. Pequenos produtores, porém, ficaram aliviados com o escalonamento das obrigações de recomposição de áreas desmatadas.

Apelidada de “escadinha”, uma escala de metragem para recuperação da mata em rios varia conforme o tamanho da propriedade (veja na página ao lado). Para Eduardo Condoreli, assessor da Federação da Agricultura do Estado (Farsul), essas mudanças não são satisfatórias.

— A primeira sensação é de frustração, por ver que o governo vai obrigar grandes propriedades a recuperar áreas maiores do que as de os pequenos produtores — reclamou Condoreli.

No grupo dos descontentes também estão os ambientalistas, que queriam o veto total da presidente Dilma Rousseff.

— O projeto do Senado já mostrava a mercantilização da natureza e não a preservação, com uso de serviços ambientais para pagar multas de desmatamento — avaliou Fernando Campos, integrante da organização não governamental (ONG) Amigos da Terra Brasil.

Para o assessor de política agrícola e ambiente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fettag), Alexandre Scheifler, os vetos parciais foram positivos.

— As novas obrigações de recomposição foram justas ao tamanho das propriedades. Aqueles que podem vão contribuir mais em relação à recuperação da vegetação — considera Scheifler.

Recém-escolhido líder da bancada ruralista na Câmara, o deputado Homero Pereira (PSD-MT) se disse aliviado com o fato de o governo não ter cedido à pressão de ambientalistas:

— Mas ficou difícil de fazer uma análise, porque não se sabe exatamente o que foi vetado. Creio que na discussão da medida provisória será possível construir acordos.

Na segunda-feira, o governo vai publicar todos os vetos e uma medida provisória para suprir eventuais vazios legais criados com a decisão de não aceitar o texto aprovado na Câmara.



Pressão pelo veto total acompanhou a madrugada que antecedeu a decisão de Dilma, em frente ao Palácio do Planalto



Site da CNN destacou polarização



BBC informou que veto foi parcial



ABC citou rejeição de ambientalistas

Em busca do equilíbrio, mas sem clareza

O QUE FICOU DEFINIDO	REGRAS MANTIDAS	O QUE AINDA FALTA EXPLICAR
<ul style="list-style-type: none"> • O governo federal vetou 12 dispositivos e fez 32 modificações no texto aprovado pelo Congresso Nacional. • Para receber crédito e financiamento, o produtor rural precisa regularizar sua propriedade no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e no Programa de Regularização Ambiental (PRA). 	<ul style="list-style-type: none"> • Mínimo de área de reserva legal para propriedades na Amazônia é de 80%, no Cerrado, de 35%, no Pampa e nos demais biomas, de 20% • Preservação de nascentes, manguezais, áreas úmidas e pantanais, topo de morros e encostas de morros 	<ul style="list-style-type: none"> • O veto ao parágrafo que trata da recuperação e manutenção de áreas de preservação permanente em áreas urbanas e regiões metropolitanas deixou em aberto as metragens que os municípios deverão seguir. • Valores específicos devem ser divulgados, segunda, na medida provisória do governo.



MENDES RIBEIRO
ministro da Agricultura

“
Esse não é o código
dos ambientalistas,
não é o código dos
ruralistas, este é o
código do bom senso.”



KÁTIA ABRU
presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA)

“
A caneta funcionou direitinho, verde e
amarela. Nós aceitamos essa decisão,
vamos deixar as coisas acontecerem.
As coisas melhoraram para os
pequenos produtores, como queria a CNA.”

objeções

Os desdobramentos das mudanças



QUEM FISCALIZA

- O Programa de Regularização Ambiental (PRA) define que a fiscalização da aplicação do Código Florestal será responsabilidade dos órgãos ligados ao Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama).
- O Sisnama é composto por órgãos ambientais da União, dos Estados e dos municípios. No Estado, inclui Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) e Batalhão Ambiental da Brigada Militar.
- A fiscalização da aplicação do código, por meio de convênios, poderá ser feita pelos municípios. Para isso, no entanto, as prefeituras precisam ter um fiscal ambiental concursado e um técnico ambiental habilitado. Estima-se que mais da metade das prefeituras gaúchas tenha convênios com o Estado.
- A fiscalização da recomposição de matas ciliares e manutenção de áreas de reserva legais nas propriedades, por exemplo, é responsabilidade dos municípios onde há convênio. Se não existir convênio, a responsabilidade é da Sema.
- Averiguar possíveis intervenções em Áreas de Preservação Permanente (APPs) é tarefa da Sema.



IMPACTO ECONÔMICO

- Para o economista Antônio da Luz, da Farsul, apesar de ainda não ser possível dimensionar efeitos no custo dos produtores, haverá reflexos econômicos na agropecuária do Estado.
- A estimativa ainda depende da análise dos 12 vetos presidenciais e o teor da medida provisória que será enviada ao Congresso.



IMAGEM INTERNACIONAL

- O anúncio do veto parcial divide opiniões sobre os reflexos na imagem do Brasil na Rio+20, entre os dias 20 e 22 de junho no Rio.
- Para o líder do governo no Congresso, senador José Pimental (PT-CE), a postura fortalece a participação na conferência por mostrar que o país consegue unir preservação ambiental e produção.
- Na visão de alguns ambientalistas, o veto parcial contrariou a sociedade e fará o governo chegar à conferência com discursos e práticas incompatíveis. O Comitê Brasil em Defesa das Florestas, que reúne mais de 160 organizações como WWF, Greenpeace e SOS Mata Atlântica, cancelou entrevista para anunciar a posição do grupo.
- Ao menos uma entidade ligada à ecologia, a Fundação Amazonas Sustentável (FAZ), deu apoio ao Planalto. Seu presidente, Virgílio Viana, avaliou que o governo acertou ao dar tratamento diferenciado aos pequenos produtores.



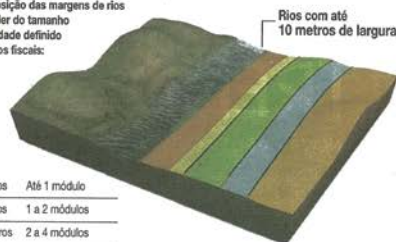
REPERCUSSÃO POLÍTICA

- Apesar de estranhar a decisão do governo de não dar detalhes dos 12 pontos vetados, o líder da bancada ruralista na Câmara, Homero Pereira (PSD-MT), mostrou-se satisfeito com as intervenções limitadas do governo no Código.
- O líder do governo no Congresso, senador José Pimental, avaliou que a MP a ser editada tem como objetivo dar sentido ao código e preencher o vazio legislativo do veto.
- Na oposição, o DEM pretende questionar a medida provisória no Supremo Tribunal Federal (STF). Entende que não poderia ser editada antes de o Congresso analisar os 12 vetos.

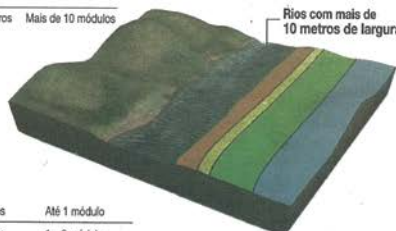
A fórmula da escadinha

A recomposição das margens de rios vai depender do tamanho da propriedade definido por módulos fiscais:

5 metros	Até 1 módulo
8 metros	1 a 2 módulos
15 metros	2 a 4 módulos
20 metros	4 a 10 módulos
30 metros	Mais de 10 módulos



Rios com até 10 metros de largura



Rios com mais de 10 metros de largura

5 metros	Até 1 módulo
8 metros	1 a 2 módulos
15 metros	2 a 4 módulos
30 a 100 metros	4 a 10 módulos
30 a 100 metros	Mais de 10 módulos

O que é um módulo fiscal

Área mínima necessária de uma propriedade rural para que a exploração seja economicamente viável. O tamanho varia no país. No Estado, oscila entre cinco e 70 hectares, e a média é entre 18 e 20 hectares.

Decisão de Dilma envolveu até aulas com especialistas

Para chegar à decisão anunciada na tarde de ontem, o governo fez um trabalho de análise minuciosa dos pontos a serem cortados. Desde sábado, Dilma realizou uma verdadeira maratona de reuniões com os ministros da Casa Civil, do Meio Ambiente, da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Advocacia-Geral da União. No Planalto, esses encontros receberam até o apelido de "sessões de espancamento". Cada artigo do código era discutido, com direito a aulas particulares de especialistas no assunto — um antigo hábito da presidente para lidar com assuntos complexos —, como o agrônomo Gerd Sparovek, da Esalq-USP e o ex-ministro Roberto Rodrigues.

A estratégia final foi consolidada na quinta-feira à noite, encerrando uma discussão iniciada no início daquela tarde. Acabou prevalecendo a posição da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, que defendia o texto do Senado como o melhor acordo possível para conciliar produção agrícola e conservação.

A ministra explicou que o veto impede a concessão de anistia àqueles que desmataram ilegalmente no passado, beneficia pequenos proprietários, obriga os produtores a recuperar florestas destruídas e visa manter protegidas áreas vulneráveis como margens de rios, topos de morros e encostas. Esses eram os pontos mais polêmicos da reforma do código, aprovada pelo Congresso há um mês com vitória da bancada ruralista. O resultado foi duramente criticado por ecologistas, segundo os quais dispararia o desmatamento no país.

Com o texto já modificado em mãos, a presidente Dilma, acompanhada dos ministros, fez uma apresentação prévia do novo código aos líderes do governo na Câmara, Airlindo Chinaglia (PT-SP), no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), e no Congresso, José Pimental (PT-CE). O governo aproveitou para acertar a estratégia na tramitação de nova proposta no Congresso para cobrir as lacunas deixadas.

AS ALTERAÇÕES EM NÚMEROS

12 vetos

32 modificações, das quais 14 recuperam o texto do Senado

5 são novas regras, que não estavam no original

13 são ajustes ou adequações de conteúdo

SEM TRÉGUA

Código de Dilma vai encarar resistência

Ambientalistas e ruralistas prometem questionar trechos da nova legislação

Os 12 vetos da presidente

Entenda como era o código aprovado pelos deputados e como ficou após os vetos:

OBJETIVOS DO NOVO CÓDIGO FLORESTAL (ARTIGO 1º)

Itens de apresentação e objetivo do Código Florestal, estabelecidos pelo Senado, haviam sido cortados. Foi feito um parágrafo enxuto e, conforme justificativa da presidente, sem parâmetros para interpretação e aplicação da lei.

O novo texto reconhece florestas como bens de interesse comum, destaca a lei como guia para proteção e uso sustentável da vegetação nativa, afirma a soberania na administração de áreas verdes, recursos naturais, biodiversidade e solo e responsabiliza União, Estados, municípios e sociedade por preservar e restaurar a vegetação.

INTERRUPÇÃO DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS (ARTIGO 3º, INCISO XII)

O inciso abordava a questão do pouso, prática de interrupção temporária de atividades agropecuárias ou de silvicultura para recuperação a capacidade de uso do solo, sem estabelecer período mínimo para o descanço.

Foi estabelecido um período de cinco anos, no máximo, para o pouso do solo em uma área produtiva, de até 25% do tamanho da propriedade ou posse.

ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (ARTIGO 4º PARÁGRAFO 3º)

O parágrafo não considerava como área de preservação permanente (APP) os salgados e apicuns, que são planícies salinas, em continuidade aos mangues, encontradas no litoral (exceto aqui no Estado).

Disciplina a ocupação de apicuns e salgados para salinas e criação de camarão, considerando-os como APP. Antes, não havia regra para utilização dessas áreas.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL (ARTIGO 77)

Na instalação de obras de impactos grandes seriam exigidas propostas de diretrizes para o uso do imóvel no texto do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA).

Não é mais obrigatório incluir as propostas e diretrizes.

Especial
FLÁVIA MORAES

No dia em que os vetos e as modificações ao texto do Código Florestal foram publicados no Diário Oficial da União, ruralistas e ambientalistas indicavam que a decisão da presidente será questionada.

Grandes produtores estão insatisfeitos com a ampliação da área recomposta às margens de rios, e ambientalistas criticam a possibilidade de recomposição de áreas de preservação permanente (as APPs) com espécies exóticas.

Embora a posição oficial dos ruralistas sobre a Medida Provisória 571 só seja divulgada hoje, o novo líder da bancada, Homero Pereira (PSD-MT), adianta que todos os trechos considerados "desconfortáveis" ao produtor serão discutidos.

EDUARDO CONDORELLI
assessor da Farsul

As novas metragens de recuperação de áreas de preservação permanente nas margens de rios são preocupantes para o grande produtor rural. Mais radicais que os valores apresentados pelo Senado.

– O assunto não está encerrado. Vamos propor negociação da medida provisória para ajustar aquilo que não julgamos adequado, por meio de negociações ou proposição de emendas – garante Pereira.

Deputados têm 60 dias para avaliar MP

A retirada do trecho que incluía apenas a vegetação das margens de rios do entorno da várzea como APP deixa produtores gaúchos de arroz inseguros.

– Agora falta clareza quanto à classificação das várzeas, com a supressão desse conteúdo no código. Isso pode afetar a produção de arroz no Estado, cultivo tão importante para o Brasil – avalia Eduardo Condorelli, assessor da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul).

Os ambientalistas programam mobilização social e discussão do novo código durante a Rio+20, evento das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, que será

realizado entre os dias 13 e 22 de junho, no Rio de Janeiro.

– Em termos gerais, a avaliação é ruim. O texto piorou muito o proposto pelo Senado, que já não era bom. Nem o relatório do deputado Paulo Piau havia previsto a recuperação de APPs com espécies exóticas, como o pinus – critica Bazileu Margarido, responsável pelo site Floresta Faz a Diferença, que lançou a campanha Veta, Dilma e integra a organização não governamental Instituto Democracia e Sustentabilidade.

A presidente vetou 12 pontos e fez 32 modificações no texto do Código Florestal aprovado no Congresso no final de abril. Os deputados têm 60 dias, prorrogáveis por mais 60 dias, para avaliar a medida provisória. Mas, se não houver votação em 45 dias, o texto tranca a pauta do Congresso e, então, deverá ser avaliado para liberar as outras votações previstas. Todos os pontos barrados pela presidente e a forma como ficará a nova legislação foram divulgados ontem (veja ao longo da página).

GUSTAVO TRINDADE
advogado e professor de Direito Ambiental da UFRGS

O texto do novo Código Florestal ficou na medida certa. O Executivo buscou um equilíbrio para o conteúdo, contemplando produção e preservação.

ALEXANDRE SCHEIFLER
assessor de política agrícola e ambiente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag)

Para a agricultura familiar, a medida provisória da presidente foi excelente. Traz muito bem o princípio da proporcionalidade, onde cada proprietário recupera o tamanho de área verde que pode.

RECUPERAÇÃO DE APPS, MULTAS E CRIMES AMBIENTAIS (ARTIGO 61)

Tratava das áreas consolidadas em APPs e garantia a continuidade de atividades em áreas ocupadas até 22 de julho de 2008. Exigia a recuperação de 15 metros de mata em margens de rios de até 10 metros de larguras, sem distinguir o tamanho das propriedades. Não estipulava valores para rios com mais de 10 metros de largura.

Todos produtores são obrigados a recompor áreas em margens de rios, de forma proporcional (veja ao lado). Também mudam as exigências sobre multas e crimes, já que todos precisam recuperar APPs para cancelar penalidades.



APPS EM ÁREAS URBANAS (ARTIGO 4º, PAR. 7º E 8º)

APPs de margens de rios em áreas urbanas e regiões metropolitanas poderiam ter área definida pelo Plano Diretor e Lei de Uso do Solo de forma independente.

Pode ser definida pelo Plano Diretor. Mas a área mínima fica determinada no artigo 4º da lei.

SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO (ARTIGO 26, PAR. 1º E 2º)

O município perdia grande parte das atribuições, quanto à autorização para supressão de vegetação, já previstas na Lei Complementar 140/11.

Os parágrafos contrariavam a lei complementar, disciplinando de maneira diferente o que União e municípios podem fazer. Era inconstitucional.

ÁREAS DE RESERVATÓRIOS ARTIFICIAIS (ARTIGO 5º, PARÁGRAFO 3º)

Áreas de implantação de parques aquáticos e de pólos turísticos em regiões de APPs próximas a reservatórios artificiais seriam indicadas pelo Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial.

Tais áreas são consideradas APPs e devem ser preservadas, obedecendo a regras gerais de uso já estabelecidas na lei.

SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO EM BIOMAS (ARTIGO 76)

Pedia regra de disciplina para uso e supressão de vegetação em cada um dos biomas brasileiros.

Não é necessário criar regras para cada bioma.

RESPONSABILIDADE DE EMPRESAS (ARTIGO 43)

Atribuiu a concessionárias de água e empresas de geração hidrelétrica a responsabilidade por recuperar e manter vegetação nativa em APPs nas bacias hidrográficas exploradas.

As empresas ficam livres dessa obrigação.